



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
MESTRADO ACADÊMICO

DÉBORA RAMOS DE ARAÚJO SOUZA

**FATORES PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO E A SAÚDE MENTAL
DOS DOCENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO: MODELAGEM DE
EQUAÇÕES ESTRUTURAIS**

FEIRA DE SANTANA, BAHIA

2025

DÉBORA RAMOS DE ARAÚJO SOUZA

**FATORES PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO E A SAÚDE MENTAL
DOS DOCENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO: MODELAGEM DE
EQUAÇÕES ESTRUTURAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Departamento de Saúde, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como exigência para obtenção do título de mestrado em saúde coletiva.

Área de Concentração: Epidemiologia

Linha de Pesquisa: Saúde, Ambiente e Trabalho

Orientadora: Prof^a. Dr^a Paloma de Sousa Pinho

FEIRA DE SANTANA/BAHIA

2025

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

S714f

Souza, Débora Ramos de Araújo

Fatores psicossociais do trabalho e a saúde mental dos docentes da pós-graduação: modelagem de equações estruturais / Débora Ramos de Araújo Souza. – 2025.

80 f.: il.

Orientadora: Paloma de Souza Pinho

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Feira de Santana, 2025.

1. Saúde mental. 2. Fatores psicossociais do trabalho. 3. Transtornos mentais. 4. Programa de pós-graduação. 5. Ensino superior público. I. Pinho, Paloma de Souza, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU 616.89

Daniela Machado Sampaio Costa - Bibliotecária - CRB-5/2077

SOUZA, D. R. A. Fatores psicossociais do trabalho e a saúde mental dos docentes da pós-graduação: modelagem de equações estruturais. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva). Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGSC/UEFS), 2025.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Paloma de Souza Pinho
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Prof^a. Dr^a Maynara Fernanda Carvalho Barreto
Universidade Estadual e Londrina (UEL)

Prof^a. Dr.^a Iracema Lua
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Agradecimentos

O caminho percorrido durante o mestrado foi como uma trilha a ser explorada, repleta de novidades e do medo do desconhecido, com a curiosidade como guia. Apesar de algumas pedras pelo caminho, também fui recompensada com uma vista bonita.

Fazer essa trilha sozinha até é possível, mas é muito melhor se tiver com quem contar, se a vivência for com e para o coletivo. E é por isso que, ao olhar aqueles que fizeram parte dessa caminhada, temo não conseguir agradecer a todos da maneira que merecem.

A Deus, por ser a escuta nos dias de completo silêncio e, ainda assim, me dar as melhores respostas.

À minha mãe, Maria Ramos, minha maior fonte de inspiração do que é ser mulher, nordestina e aguerrida. Obrigada pelo afeto, pelo cuidado, pelas orações e por ser a base que me sustenta.

Às minhas irmãs, Jilmaria, Marcia e Marcelia, e ao meu irmão, William, o nosso amor e união me fortalecem e me fazem ter a certeza de que nunca estarei sozinha.

Às minhas sobrinhas Alyce, Maria Clara, Valentina e meu sobrinho Yan, por me fazerem lembrar de quem sou na essência e por me conectar com uma versão leve e despretensiosa de mim mesma.

Ao meu noivo, Alencar, pelo companheirismo e por ser o maior incentivador. Acredita em mim quando nem eu mesma acredito. Te amo.

Às minhas amigas-irmãs, Camila, Claudia, Déborah e Neildes, que, mesmo a quilômetros de distância, são a escuta e o apoio que preciso. E Tainara, por ser meu abraço-casa aqui em Feira de Santana. Nossa amizade é reconfortante, como bolo de cenoura e café no fim de tarde.

Aos meus colegas de mestrado, em especial aos meus amigos Felipe, Hernandes e Vitória, pelo apoio mútuo e boas conversas daquelas que vão de 8 a 80 em um piscar de olhos.

À minha orientadora, Dra. Paloma de Sousa Pinho, por sua gentileza e orientação constante. Obrigada por guiar minha caminhada acadêmica e por transformar essa jornada em uma ótima "corrida". És uma inspiração como professora/pesquisadora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida, o que possibilitou minha dedicação à pesquisa do mestrado.

Ao grupo de pesquisa Núcleo de Epidemiologia (NEPI) e Núcleo de Saúde, Educação e Trabalho (NSET), pela partilha de conhecimento, desafios e conquistas. Que possamos continuar trilhando juntos esse caminho.

Aos docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) que são os verdadeiros protagonistas desta pesquisa.

A todos(as) vocês, o meu sincero agradecimento!

SOUZA, D. R. A. **Fatores psicossociais do trabalho e a saúde mental dos docentes da pós-graduação: modelagem de equações estruturais.** Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva). Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGSC/UEFS), 2025.

RESUMO

Introdução: O trabalho do professor do ensino superior público é complexo e multifacetado, sobretudo quando ele atua na pós-graduação, pois deve conciliar atividades de ensino em sala de aula tanto na graduação quanto na pós-graduação, além de realizar atividades de gestão, extensão e pesquisa. A atuação na pós-graduação é considerada um acréscimo de responsabilidades, o que gera um aumento significativo na carga de trabalho desses profissionais, especialmente a função da pesquisa que envolve a condução de estudos, orientação de mestrandos e doutorandos e a busca por financiamento em um ambiente notoriamente criterioso e competitivo. Esse cenário os torna mais propensos a vivenciar fatores psicossociais estressores, o que, por sua vez, pode contribuir para o aparecimento de problemas de saúde mental. **Objetivo:** Analisar os fatores associados à ocorrência de Transtornos Mentais Comuns(TMC) entre docentes de pós-graduação *stricto sensu* com ênfase nos fatores psicossociais do trabalho. **Métodos:** Trata-se um estudo transversal com amostragem por conveniência, cuja população amostral foram os 149 docentes da pós-graduação *stricto sensu* de duas universidades públicas no estado da Bahia. A coleta de dados foi realizada por meio de um inquérito online, com o preenchimento de um formulário na plataforma REDCap, enviado via e-mail institucional aos professores de ambas as universidades, no período de agosto a novembro de 2023. A variável desfecho foram os TMC, mensurado por meio do *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20). A variável de exposição principal foram os aspectos psicossociais do trabalho avaliados pelo *Job Content Questionnaire* (JCQ); e as demais variáveis explanatórias incluíram: as características sociodemográficas, aspectos gerais do trabalho e informações sobre hábitos de vida. Na análise de dados foi feita análise descritiva para caracterização da amostra; e a Modelagem de Equações Estruturais (MEE), na qual realizou-se uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) para avaliar o modelo de mensuração da variável latente TMC, com cargas fatoriais ($\lambda \geq 0,3$) e variância residual ($\delta \leq 0,735$). O modelo estrutural incluiu TMC e variáveis diretamente observadas (interseção gênero e raça, idade, tempo de trabalho, lazer e fatores psicossociais), com coeficientes de regressão (β) significativos a 5%. Utilizou-se o estimador WLSMV, e os índices de ajuste foram RMSEA < 0,06 e CFI/TLI $\geq 0,95$. **Resultados:** Houve predomínio de mulheres (62,4%), raça/cor branca (43,2%), intersecção de mulheres pardas/indígenas/pretas (31,8%), idade entre 40 e 59 anos (79,1%), e viver com companheiro(a) (65,3%). Quanto às características ocupacionais, a maioria possuía 6 anos ou mais de trabalho (88,6%), com mediana de 15 anos (IIQ: 11-25; Mín.:<1 e Máx.: 42); observou-se que 76,8% dos docentes apresentavam alta demanda psicológica, 31,9% baixo controle sobre o trabalho e 68,1% baixo apoio social. No geral, 86,4% enfrentam trabalho estressante, sendo 55,5% em trabalho ativo, 21,9% em alta exigência e 9,5% em trabalho passivo. Verificou-se ainda que 57,5% estavam expostos concomitantemente em Modelo completo Demanda-Controle e Apoio Social no Trabalho (MDC/AST). Em relação a hábitos de vida, identificou-se que 29,8% dos/as docentes não praticavam atividades de lazer para se distrair ou relaxar. A prevalência de TMC foi de 40,3%, com maior pontuação média para sintomas de declínio de energia vital ($\mu:1,90$; DP:1,93), seguido de sintomas somáticos ($\mu:1,81$; DP:1,67). Na MEE identificou-se que, quanto menor a idade ($\lambda=-0,200$; p-valor=0,040) não praticar atividades de lazer ($\lambda=-0,255$; p-valor=0,020) e maior o nível de estresse no MDC/AST ($\lambda=0,229$; p-valor=0,031), maior o efeito direto na suspeição de TMC. Na avaliação dos caminhos indiretos específicos, obteve-se que o maior tempo de trabalho teve efeito moderado no nível de estresse

ocupacional e, consequentemente, na maior ocorrência de sintomas de TMC. Observou-se também, efeitos totais estatisticamente significantes sobre TMC provenientes de da maior vulnerabilidade na interseccionalidade de gênero e raça. **Considerações finais:** os achados demonstram que a ocorrência de TMC resulta de diversos fatores, incluindo estressores ocupacionais, não praticar lazer e maior vulnerabilidade na interseção entre gênero e raça. Essa realidade reforça a necessidade da implementação de políticas e estratégias que reduzam a sobrecarga laboral, favoreçam o equilíbrio entre trabalho e lazer e promovam a equidade de gênero e raça nos PPG. Tais medidas são fundamentais para mitigar os impactos negativos sobre a saúde mental desses profissionais.

Palavras-chave: ensino superior público; programa de pós-graduação; fatores psicossociais do trabalho; transtornos mentais; saúde mental.

ABSTRACT

Introduction: The work of public higher education professors is complex and multifaceted, especially when involved in postgraduate education. They must balance teaching activities in both undergraduate and postgraduate classrooms, alongside management, extension, and research responsibilities. Postgraduate work is an additional responsibility, significantly increasing the workload of these professionals, particularly in research, which involves conducting studies, advising master's and doctoral students, and seeking funding in a highly competitive and demanding environment. This scenario makes them more prone to experiencing stressful psychosocial factors, which, in turn, may contribute to the emergence of mental health issues. **Objective:** Analyze the factors associated with the occurrence of Common Mental Disorders (CMD) among strictu sensu postgraduate professors, with an emphasis on psychosocial work factors. **Methods:** This is a cross-sectional study with convenience sampling, in which the sample population consisted of 149 faculty members from the strictu sensu graduate programs of two public universities in the state of Bahia. Data collection was conducted through an online survey, with a form filled out on the REDCap platform, sent via institutional email to professors from both universities between August and November 2023. The outcome variable was Common Mental Disorders (CMD), measured using the Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20). The main exposure variable was psychosocial work aspects assessed by the Job Content Questionnaire (JCQ), and other explanatory variables included sociodemographic characteristics, general work aspects, and lifestyle information. Data analysis included descriptive statistics for sample characterization and Structural Equation Modeling (SEM), in which an Exploratory Factor Analysis (EFA) was performed to evaluate the measurement model of the latent variable CMD, with factor loadings ($\lambda \geq 0,3$) and residual variance ($\delta \leq 0,735$). The structural model included CMD and directly observed variables (intersection of gender and race, age, work duration, leisure, and psychosocial factors), with regression coefficients (β) significant at 5%. The WLSMV estimator was used, and the fit indices were RMSEA < 0,06 and CFI/TLI $\geq 0,95$. **Results:** There was a predominance of women (62,4%), white race/color (43,2%), intersection of mixed-race/indigenous/black women (31,8%), age between 40 and 59 years (79,1%), and living with a partner (65,3%). Regarding occupational characteristics, most had 6 or more years of work experience (88,6%), with a median of 15 years (IQR: 11-25; Min.: <1 and Max.: 42). It was observed that 76,8% of the faculty had high psychological demands, 31,9% had low control over work, and 68,1% had low social support. Overall, 86,4% faced stressful work, with 55,5% in active work, 21,9% in high strain, and 9,5% in passive work. Additionally, 57,5% were simultaneously exposed to the full Demand-Control and Social Support at Work model (DCSW). Regarding lifestyle habits, 29,8% of the faculty did not engage in leisure activities to relax or unwind. The prevalence of CMD was 40,3%, with the highest mean score for symptoms of decreased vital energy ($\mu: 1,90$; $SD: 1,93$), followed by somatic symptoms ($\mu: 1,81$; $SD: 1,67$). In the SEM, it was found that lower age ($\lambda = -0,200$; p -value = 0,040), not practicing leisure activities ($\lambda = -0,255$; p -value = 0,020), and higher stress levels in the DCSW model ($\lambda = 0,229$; p -value = 0,031) had a direct effect on suspected CMD. In the evaluation of specific indirect paths, longer work duration had a moderate effect on occupational stress levels and, consequently, on the higher occurrence of CMD symptoms. Statistically significant total effects on CMD were also observed, stemming from greater vulnerability in the intersection of gender and race. **Final considerations:** The findings demonstrate that the occurrence of CMD results from various factors, including occupational stressors, lack of leisure activities, and greater vulnerability at the intersection of gender and race. This reality reinforces the need for implementing policies and strategies that reduce work overload, promote work-life balance,

and foster gender and racial equity in postgraduate programs. Such measures are essential to mitigate the negative impacts on the mental health of these professionals.

Keywords: public higher education; postgraduate program; psychosocial work factors; mental disorders; mental health.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Modelo Teórico Proposto

Artigo: Fatores associados aos Transtornos Mentais Comuns (TMC) em docentes de pós-graduação *strictu sensu*: modelagem com equações estruturais

Figura 1. Estrutura conceitual de determinantes de TMC em docentes da pós graduação stricto sensu, Bahia, Brasil. (N=149)

Figura 2. Modelo de equações estruturais com efeitos diretos e indiretos específicos de determinantes dos TMC entre docentes universitários/as, Bahia, Brasil, 2023. (N=149)

LISTA DE TABELAS

Artigo: Fatores associados aos Transtornos Mentais Comuns (TMC) em docentes de pós-graduação *strictu sensu*: modelagem com equações estruturais

Tabela 1. Características sociodemográficas, ocupacionais, de hábitos de vida e saúde mental da amostra. Bahia, Brasil, 2023. (N=149)

Tabela 2. Autovalores, indicadores de ajuste e cargas fatorais do modelo de mensuração da variável latente Transtornos Mentais Comuns entre docentes de PPG *stricto sensu*. Bahia, Brasil, 2023. (N=149)

Tabela 3. Efeitos totais e indiretos padronizados estatisticamente significantes do modelo de análise de caminhos de determinantes dos TMC entre docentes de PPG *stricto sensu*. Bahia, Brasil, 2023. (N=149)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C&T – Ciência e Tecnologia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFI: *Comparative Fit Index*

COVID-19 – Coronavirus Disease 2019

DEV: Decréscimo de Energia Vital

DRT – Doença Relacionada ao Trabalho

EC – Emenda Constitucional

GEMMA – Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa

HDA: Humor Depressivo-Ansioso

IC90%: Intervalo de Confiança de 90%

IES – Instituições de Ensino Superior

JCQ – *Job Content Questionnaire*

LDRT – Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho

MDC – Modelo Demanda-Controle

MDC/AST: Modelo completo Demanda-Controle/Apoio Social no Trabalho.

MEE – Modelo de Equações Estruturais

NEPI– Núcleo de Epidemiologia

NSET– Núcleo Saúde, Educação e Trabalho

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

PD - Pensamentos depressivos

PPG – Programas de Pós-Graduação

REDCap – *Research Electronic Data Capture*

RMSEA - *Root Mean Square Error of Approximation*;

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SRQ-20 – *Self-Reporting Questionnaire-20*

SS: Sintomas Somáticos

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TLI: *Tucker-Lewis Index*

TM – Transtorno Mental

TMC – Transtornos Mentais Comuns

TMRT – Transtorno Mental Relacionado ao Trabalho

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 OBJETIVOS.....	13
2.1 Objetivo geral.....	13
2.2 Objetivos específicos	13
3 REVISÃO DA LITERATURA.....	14
3.1 O Trabalho Docente no Ensino Superior Público: da sala de aula às pesquisas.....	14
3.2 Fatores psicossociais relacionados ao trabalho: um olhar para a pós-graduação.....	19
3.3 Saúde Mental dos docentes da pós-graduação: uma perspectiva necessária.....	23
3.4. Modelagem de Equações Estruturais: uma análise inovadora na epidemiologia.....	25
4 MODELO TEÓRICO PROPOSTO.....	28
5 METODOLOGIA.....	30
5.1 Desenho do estudo.....	30
5.2 População e Local de estudo.....	30
5.3 Critérios de elegibilidade	31
5.4 Procedimento e instrumentos de coleta de dados.....	31
5.5 Variáveis do Estudo e Instrumentos de Mensuração.....	32
5.6 Vieses e limitações do estudo.....	34
5.7 Análise de dados.....	35
5.8 Aspectos éticos.....	37
6 RESULTADOS	38
6.1 Artigo: Fatores associados aos Transtornos Mentais Comuns (TMC) em docentes de pós-graduação <i>strictu sensu</i> : modelagem com equações estruturais	38
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64
ANEXO A.....	71
ANEXO B.....	74
ANEXO C.....	75

1 INTRODUÇÃO

O trabalho do docente universitário, assim como outras tarefas laborais, tem sua construção influenciada pelo contexto histórico e social, e está sujeito às regras de produção e reprodução do sistema capitalista (Lusa *et al.*, 2019). Nesse sentido, a Reforma do Estado na década de 1990, norteada pelo ideário do capitalismo neoliberal, impôs uma nova organização do trabalho no ensino superior público, inspirada em uma gestão de organizações privadas, com foco no produtivismo acadêmico, na competição e na precariedade (Oliveira; Pereira; Lima, 2017; Vasconcelos; Lima, 2021; Chauí, 2003; Lusa *et al.*, 2019; Queiróz; Emiliano, 2020).

As universidades públicas desempenham um papel social relevante no desenvolvimento do país, tanto pela responsabilidade na formação alinhada com a transformação da realidade quanto pela produção científica (Chauí, 2003). Entretanto, historicamente, têm sofrido as consequências da mercantilização do ensino superior e estrangulamento do financiamento da educação pública (Chauí, 2003; Almeida-Filho, 2016; Lusa *et al.*, 2019). Além disso, em 2020, a pandemia da COVID-19 agravou problemas socioeconômicos já existentes, inclusive no setor da educação, demandando um uso intensivo de tecnologias e a implementação de novos modelos de ensino, como o ensino remoto, em um contexto de escassos recursos (Brasil, 2020).

Essas transformações socioeconômicas reverberam na precarização e intensificação do trabalho docente nas universidades públicas, afetando a saúde física e mental desses trabalhadores/as e a qualidade de seu trabalho (Araújo, Pinho, Masson, 2019; Vasconcelos, Lima, 2021; Borges *et al.*, 2023). No ambiente de trabalho, os/as professores/as são expostos a diversos fatores de risco psicossocial, como jornadas de trabalho intensas e extensas, acúmulo de tarefas extraclasse, competição entre pares, desvalorização profissional, falta de reconhecimento e limitações de tempo e recursos (Souza *et al.*, 2017; Lusa *et al.*, 2019; Luz *et al.*, 2019; Queiróz, Emiliano, 2020).

No caso dos docentes vinculados a Programas de Pós-Graduação (PPG) stricto sensu, acrescenta-se a demanda por elevada produção científica, principalmente em relação à publicação de artigos científicos, conhecido como a cultura do produtivismo acadêmico (Rego, 2014; Oliveira; Pereira; Lima, 2017; Souza *et al.*, 2017; Queiróz; Emiliano, 2020; Vasconcelos; Lima, 2021; Teixeira; Marqueze; Moreno, 2020). As publicações assumem um papel de destaque no trabalho dos docentes dos PPG, uma vez que elas não só influenciam as remunerações e avaliações positivas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), mas também garantem a manutenção dos cargos, a progressão na carreira e a obtenção de financiamento para pesquisas (Leite, 2017; Teixeira; Marqueze; Moreno, 2020).

O professor universitário e pesquisador, submetido à lógica imposta pelo produtivismo acadêmico exacerbado, está sujeito à sobrecarga psíquica e emocional (Oliveira, Pereira, Lima, 2017; Teixeira, Marqueze, Moreno, 2020; Queiróz, Emiliano, 2020). Pesquisas envolvendo essa categoria profissional têm observado uma ocorrência relativamente frequente de problemas de saúde mental, destacando-se os Transtornos Mentais Comuns (TMC), caracterizados por uma série de sintomas não psicóticos (Campos, Véras e Araújo 2020; Vieira *et al.* 2023). Em estudo conduzido por Campos, Véras e Araújo (2020a), a prevalência de TMC entre os professores universitários pesquisados foi de 29,9%. Resultados semelhantes foram encontrados por Vieira *et al.* (2023), no qual quase um terço (29,0%) dos participantes apresentava esse transtorno.

A ocorrência de TMC também tem sido associada a fatores psicossociais em diversos grupos ocupacionais (Farias; Araújo, 2011; Mattos; Araújo; Almeida, 2017). Entre docentes da educação básica, observou-se que aqueles expostos a aspectos psicossociais caracterizados por alta exigência apresentaram prevalências mais elevadas de TMC (Reis *et al.*, 2005; Araújo e Carvalho, 2009). Entre trabalhadores/as da saúde, a prevalência de TMC foi mais elevada no grupo exposto a uma combinação de alta exigência e baixo apoio social, atingindo 28,0% em comparação a 17,0% na ausência de exposição (baixa exigência e alto apoio social) (Mattos; Araújo; Almeida, 2017). Além disso, uma meta-revisão sistemática identificou quatro revisões de qualidade moderada que forneceram evidências consistentes de associação prospectiva entre alta demanda de trabalho, baixo controle no trabalho e baixo apoio social, com piora da saúde mental de trabalhadores (Harvey *et al.*, 2017).

Considerando as transformações no trabalho docente, em especial a elevada demanda de produtividade acadêmica na pós-graduação, torna-se relevante pesquisar sobre a ocorrência de TMC e sua associação com fatores psicossociais do trabalho entre professores e professoras da pós-graduação *stricto sensu*. Embora haja uma quantidade considerável de estudos sobre Transtornos Mentais Comuns (TMC) em professores, ainda são escassas as produções científicas epidemiológicas com abordagem quantitativa sobre fatores psicossociais relacionados ao trabalho e TMC em docentes vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu*. Neste sentido, este estudo tem a seguinte pergunta norteadora: Quais fatores associados ao adoecimento mental de docentes da pós-graduação *stricto sensu* e o papel dos fatores psicossociais do trabalho docente?

Os achados dessa pesquisa podem contribuir para o desenvolvimento de intervenções e políticas que visem melhorar as condições de trabalho dos docentes, bem como podem impulsionar a repensar a estruturação e organização dos processos de trabalho que rege o ensino

universitário público e a pesquisa na pós-graduação, por vezes pautado em uma lógica produtivista. É preciso também sinalizar que a qualidade do ensino e da pesquisa depende que esses trabalhadores/as estejam saudáveis mentalmente para desempenhar seu papel, pois as relações emocionais e afetivas são fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido pelo trabalho docente.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral:

Analisar os fatores associados à ocorrência de Transtornos Mentais Comuns (TMC) entre docentes de pós-graduação *stricto sensu*, com ênfase nos fatores psicossociais do trabalho.

2.2 Objetivos específicos:

- ° Estimar a prevalência de TMC em docentes da pós-graduação *stricto sensu*;
- ° Analisar os fatores psicossociais do trabalho docente da pós-graduação *stricto sensu*;
- ° Avaliar os caminhos causais diretos e indiretos entre os fatores psicossociais do trabalho e a suspeição de Transtornos Mentais Comuns em docentes da pós-graduação *stricto sensu*;

3 REVISÃO DA LITERATURA

Esta revisão de literatura foi construída visando abordar o estado atual do conhecimento acerca da temática deste estudo. É estruturada em 4 tópicos: O trabalho docente no ensino superior público: da sala de aula às pesquisas; Fatores psicossociais relacionados ao trabalho: um olhar para a pós-graduação; Saúde mental dos docentes da pós-graduação: uma perspectiva necessária; Modelagem de Equações Estruturais: uma análise inovadora na epidemiologia.

3.1 O trabalho docente no ensino superior público: da sala de aula às pesquisas

O trabalho manifesta uma dualidade intrínseca, podendo ser tanto um importante promotor da saúde e sociabilidade humana quanto uma fonte de adoecimento, sobretudo quando realizado em condições precárias (Antunes, 2009; Souza, 2019). Na era do capitalismo neoliberal, o mundo do trabalho está marcado por intensas mudanças, decorrentes da flexibilização, privatização, terceirização e a precarização das relações e das condições de trabalho (Antunes, 2009). Tais mudanças atingem os trabalhadores de maneira geral, inclusive os da área da educação (Freitas, Navarro, 2019; Lusa *et al.*, 2019)

No setor educacional, especialmente no ensino superior público, a reforma do Estado na década de 1990 e a implementação de políticas de ajuste neoliberal exerceram influência na organização do trabalho docente (Lusa *et al.*, 2019; Reis; March, 2021). A lógica produtivista-mercantil passa a orientar a gestão das universidades públicas, as quais buscam incorporar modelos gerencialistas, fundamentados nos princípios de qualidade, produtividade, eficiência e avaliação (Chauí, 2003; Souza *et al.*, 2017; Araújo; Pinho; Masson, 2019). Esses, por sua vez, estão alinhados com a perspectiva empresarial e o paradigma da competitividade (Chauí, 2003).

Esta lógica empresarial na universidade, concebendo-a como uma organização em detrimento da sua natureza enquanto instituição social, onde professores são avaliados principalmente com base em critérios como titulação e produção acadêmica, muitas vezes negligenciando a relevância da prática docente, revela o impacto do neoliberalismo na vida universitária (Chauí, 2003; Salva; Nascimento, 2017). Isso se reflete em intensificação e extensão do tempo de trabalho docente, impulsionada pela pressão por produtividade, adoção de tecnologias informacionais e flexibilização de horários (Leite, 2017; Queiróz; Emiliano 2020).

Entre as medidas recentes de ajustes neoliberais e desmonte de direitos nas universidades públicas, uma das mais preocupantes é a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016

(Brasil, 2016), pois, segundo Lusa *et al.*, (2019 p. 541), "é a que mais produz efeitos deletérios, comprometendo seriamente a concepção da educação superior como direito constitucional e dever do Estado". A limitação orçamentária da EC nº 95/2016 afeta a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento de pesquisas e da pós-graduação, o financiamento para ciência e tecnologia (C&T), os investimentos para o acesso e a permanência nas universidades, e a educação permanente do quadro de servidores (Lusa *et al.*, 2019).

Nesse contexto, o exercício da docência na universidade pública é uma atividade complexa, uma das razões é a influência das políticas educacionais na organização do trabalho (Campos; Véras; Araújo, 2020b). Esse impacto não se dá apenas nos processos políticos pedagógicos das instituições, isso traz consequências para o trabalho e a vida dos docentes. Estes são sobrecarregados com jornadas de trabalho extensas que ocupa o tempo de descanso, exigências elevadas na produção e produtividade, compressões salariais e desmonte dos direitos trabalhistas; causando-lhes exaustão física e mental, com implicações adversas na saúde e no desempenho profissional (Leite, 2017; Salva; Nascimento, 2017; Souza *et al.*, 2017; Lusa *et al.*, 2019; Queiróz; Emiliano, 2020).

As demandas de trabalho de um docente universitário são diversas, sobretudo quando, além das atividades da graduação, também desenvolve atividades na pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, esse professor é também um pesquisador (Leite, 2017; Vasconcelos; Lima, 2021). De forma geral, no cotidiano laboral, os docentes nas Instituições de Ensino Superior (IES) são incumbidos de desempenhar diversas tarefas, tais como: ministrar aulas; avaliar provas e trabalhos; captar recursos financeiros para custear atividades de pesquisa e/ou extensão; orientar a elaboração de trabalhos acadêmicos; redigir relatórios; organizar e participar de eventos, palestras e conferência; publicar livros e artigos científicos, além de realizar funções de gestão (Leite, 2017; Vasconcelos; Lima, 2021).

No que diz respeito ao perfil dos docentes pós-graduação no Brasil, os resultados preliminares da pesquisa 'Diversidade na Ciência' mostram que, no total, são 105.575 docentes vinculados a cursos de pós-graduação em 80 áreas de conhecimento, sendo que, 58% desses são homens. Apenas em 34% das áreas de conhecimento as mulheres alcançam equidade ou são maioria entre os docentes na pós-graduação (GEMMA, 2022). Esses dados refletem as desigualdades de gênero presentes na ciência brasileira, onde a pós-graduação *stricto sensu* é um ambiente predominantemente masculino. Neste contexto, os homens têm o privilégio de ocupar posições estáveis, reconhecidas e de prestígio social, perpetuando a divisão sexual do

trabalho e a atribuição de papéis sociais de gênero distintos e hierárquicos, fundamentais para a manutenção do sistema capitalista e patriarcal (Ferreira; Teixeira; Ferreira, 2022)

Essa disparidade se acentua ainda mais quando consideramos as assimetrias raciais. Homens brancos dominam as universidades, representando 60,9% dos professores que alcançaram posições mais estáveis nas pós-graduações (GEMMA, 2023). O segundo grupo mais presente nesses espaços são as mulheres brancas, ainda que sua proporção não chegue a ser metade da registrada para os homens brancos, compreendendo 29,2% (GEMMA, 2023). Por outro lado, somados, homens e mulheres pretos, pardos ou indígenas são bastante subrepresentados, totalizando apenas 7,4% do corpus analisado (GEMMA, 2023). Assim, o ambiente da pós-graduação é percebido como um espaço de segregação racial, onde a invisibilidade da mulher negra na docência e pesquisa é frequente, caracterizando esses locais como privilegiados para brancos e homens (Ferreira; Teixeira; Ferreira, 2022).

No cenário do ensino superior público brasileiro, os professores que atuam na graduação e na pós-graduação apresentam papéis e características que se distingue e que sobrepõem ao mesmo tempo. Aqueles envolvidos apenas na graduação, geralmente possuem como foco as atividades de ensino, visando a formação acadêmica de quadros profissionais, e a atividade de pesquisa tende a ser secundária (Brasil, 1996; Viana Filho *et al.*, 2019).

Enquanto os docentes que atuam na pós-graduação *stricto sensu* têm como responsabilidade social a formação de mestres e doutores, e a produção e difusão do conhecimento científico e inovador advindo das pesquisas (Brasil 1965; Brasil, 1996; Brasil, 2010). Nesse nível, os docentes devem ter uma titulação mais elevada, o doutorado. E a pesquisa torna-se uma atividade central e essencial, pois além de conduzir suas próprias investigações, esses docentes têm a responsabilidade de orientar estudantes de mestrado e doutorado em suas atividades de pesquisa. Dessa forma, a investigação é a pedra angular do seu trabalho, englobando desde a concepção de estudos até a coleta, análise de dados e posterior divulgação de resultados, contribuindo assim para o avanço do conhecimento científico (Viana Filho *et al.*, 2019).

Entretanto, apesar da pesquisa ocupar uma posição central no trabalho do professor de pós-graduação *stricto sensu*, este desempenha um papel multifacetado, pois deve manter suas funções de ensino em sala de aula tanto na graduação quanto na pós-graduação, além de assumir atividades de gestão e realizar extensão. Atuar na pós-graduação é considerado um adicional no trabalho do docente da educação superior e representa um excesso de responsabilidades para esses profissionais, tendo em vista que, além das atividades que lhe cabiam anteriormente, com a inserção na pós-graduação, acrescenta-se a tarefa de pesquisador/a, que envolve a condução

de estudos e a busca por financiamento em um ambiente notoriamente criterioso e competitivo (Morais, 2018; Ruza, Silva, 2016).

Aqui cabe fazer uma distinção na caracterização dos tipos de pós-graduação. O curso de pós-graduação *lato sensu* relaciona-se com uma continuidade à formação profissional da graduação, visando o aperfeiçoamento e a especialização (Saviani, 2017). Já a pós-graduação *stricto sensu*, organizada sob as formas de mestrado e doutorado, é voltada para a formação acadêmica que se estabelece na e para a pesquisa (Saviani, 2017).

A modalidade de pós-graduação *stricto sensu* é regulamentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão do governo responsável por gerenciar e avaliar cursos dos Programas de Pós-Graduação (PPG) (Brasil, 2021). Trata-se de uma avaliação quadrienal de permanência que atribui notas de 1 a 7, na qual os PPG devem obter no mínimo conceito 3 para manter-se em funcionamento só com mestrado, e 4 para o doutorado; os programas avaliados com nota 1 ou 2 são descredenciados. Já aqueles com notas 6 e 7 são considerados de excelência, pois significa que atendem os pré-requisitos de maneira mais completa (Brasil, 2021).

Dentre os requisitos avaliados pela CAPES, destaca-se a produção intelectual, pois, em parte, determina o financiamento à pesquisa (Brasil, 2021). Um exemplo disso são critérios de distribuição de bolsas de pós-graduação da CAPES, implementadas a partir da Portaria nº 34/2020, que prioriza programas com melhores notas na avaliação quadrienal, concentrando recursos em instituições no Sudeste e Sul, onde predomina os programas de excelência (notas 6 e 7) (Brasil, 2020).

Por outro lado, regiões historicamente menos favorecidas, como Norte e Nordeste, enfrentam maior dificuldade em acessar esses financiamentos, o que acentua as desigualdades regionais existentes e limita o desenvolvimento de uma ciência equitativa no país (Guimarães; Brito; Santos, 2020). Além disso, professores e pesquisadores das universidades localizadas no interior dessas regiões entram em uma "corrida de produção de publicações" para tentar compensar essa desvantagem (Guimarães; Brito; Santos, 2020).

Esse mecanismo avaliativo da CAPES pela produção científica é alvo de controvérsias, críticas e reflexões entre pesquisadores (Maciel *et al.*, 2020). Há quem o defende, pois considera como um estímulo valioso à produção científica, e que os critérios servem para promover a qualidade e a relevância das produções acadêmicas (Schwartzman, 2022). Em contrapartida, têm aqueles que consideram que esse sistema gera pressão por produção em larga escala, e isso leva à divulgação de resultados incompletos e pouco relevantes, além de intensificar o trabalho

do docente pesquisador (Silva Júnior; Ferreira; Kato, 2013; Rego, 2014; Leite, 2017; Oliveira; Pereira; Lima, 2017; Freitas; Navarro, 2019).

No âmbito dessa discussão, aborda-se a cultura do produtivismo acadêmico, cujo polo irradiador encontra-se na pós-graduação (Silva Júnior; Ferreira; Kato, 2013; Leite, 2017). O produtivismo acadêmico é definido pela obrigação de publicar em periódicos, sendo utilizado como indicador para avaliar a produção científica e a qualidade do professor-pesquisador (Rego, 2014).

De acordo Rego (2014) o produtivismo acadêmico, pode impactar negativamente os pesquisadores, as universidades e as revistas científicas. Dentre as consequências destaca-se a competitividade e rivalidade entre os pesquisadores, a qualidade do que é pesquisado e publicado, e a utilidade social da produção científica (Rego, 2014; Evans *et al.*, 2018; Hammoudi Halat, *et al.*, 2023). Para Oliveira, Pereira e Lima (2017) esta lógica causa distorções, uma delas é que o ensino, a reflexão e o pensamento crítico, que sempre foram características do saber produzido nas universidades, estão sendo relegados pela reprodução, expressa pela grande quantidade de artigos que pouco contribuem para o avanço do conhecimento em suas áreas de saber, servindo apenas como moeda de troca por pontos de publicação.

A pesquisa tem sido apontada como fator que contribui para o estresse ocupacional e intensificação do trabalho (Evans *et al.*, 2018; Hammoudi Halat, *et al.*, 2023; Teixeira, Marqueze e Moreno, 2020). No estudo de Teixeira, Marqueze e Moreno (2020) com 64 orientadores de pós-graduação de uma universidade pública da cidade de São Paulo, encontrou associação entre quanto maior a percepção da pressão por publicações, maior o estresse entre os docentes universitários. Outro apontamento interessante é feito por Queiróz e Emiliano (2020), os quais argumentam que a gestão fundamentada no produtivismo acadêmico ocupa o momento de não trabalho pelo trabalho. Isso significa que para atender às demandas de produtividade, os professores frequentemente se veem obrigados a prolongar suas jornadas de trabalho, comprometendo o tempo que seria destinado ao descanso e lazer.

Essas reflexões destacam os desafios enfrentados pelos profissionais acadêmicos em um contexto em que a pressão por produtividade pode afetar não apenas a qualidade do trabalho, mas também a qualidade de vida dos docentes. Portanto, essa discussão é fundamental para promover uma abordagem mais equilibrada e sustentável no ambiente acadêmico.

3.2 Fatores psicossociais relacionados ao trabalho: um olhar para a pós-graduação

Na literatura, apesar das numerosas pesquisas, ainda não há consenso sobre a conceituação dos fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho (Rodrigues; Faiad; Facas, 2020; Pereira *et al.*, 2020). Em geral, esses fatores são compreendidos como elementos que podem causar estresse e impactar a saúde mental e física dos trabalhadores em diversos contextos laborais (Pereira *et al.*, 2020). Há também, uma confusão conceitual no uso dos termos "riscos" e "fatores de risco", os quais, embora possuam definições distintas, são frequentemente utilizados de maneira sobreposta e ambígua (Rodrigues; Faiad; Facas, 2020).

No campo específico dos estudos sobre riscos psicossociais, Rodrigues, Faiad e Facas (2020) apontam que a concepção de risco adotada é aquela que o entende como um dano à integridade física ou mental do trabalhador e trabalhadora (OIT, 1986). Esse risco/dano pode se manifestar na forma de transtornos, doenças, lesões ou acidentes de trabalho. Já os fatores psicossociais referem-se aos aspectos que aumentam a probabilidade de ocorrência desse dano, ou seja, estes fatores quando negativos relacionam-se e antecedem o adoecimento dos trabalhadores (Rodrigues; Faiad; Facas, 2020).

Dentre os conceitos para fatores de riscos psicossociais no trabalho, destaca-se a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na qual considera que

os fatores psicossociais no trabalho referem-se às interações entre o ambiente de trabalho, o conteúdo do trabalho, as condições organizacionais e as capacidades dos trabalhadores, as necessidades, a cultura, as considerações pessoais extra-laborais que podem, através das percepções e da experiência, influenciar a saúde, o desempenho no trabalho e a satisfação no trabalho (OIT, 1986, p.3).

No contexto brasileiro, os fatores psicossociais são mencionados em algumas normas regulamentadoras, embora de maneira ainda incipiente. O Manual de auxílio na interpretação e aplicação da norma reguladora nº 35 - Trabalho em Altura define como fatores psicossociais as características do trabalho que funcionam como "estressores", devido à incompatibilidade entre as grandes exigências no meio laboral e os recursos disponíveis para o enfrentamento destas" (Brasil, 2018).

Estudos têm sido desenvolvidos na intenção de identificar e mapear os diversos fatores psicossociais no trabalho (Niedhammer, 2015; Law *et al.*, 2020). Na revisão sistemática com meta-análise realizada por Harvey *et al.*, (2017), foram identificados alguns fatores de risco psicossociais associados ao ambiente de trabalho. Estes incluem: alta demanda de trabalho, baixo controle sobre as tarefas laborais, pouco apoio social, desequilíbrio entre esforço e

recompensa, percepção de injustiça relacional e processual dentro da organização, mudanças organizacionais, insegurança no emprego, status de emprego temporário, horários de trabalho atípicos e conflito/bullying no trabalho (Harvey *et al.*, 2017).

Para Riedel-Heller *et al.*, (2013) às demandas psicossociais do mundo do trabalho tornam-se particularmente nocivas para à saúde quando ultrapassam as habilidades de enfrentamento do indivíduo considerando a complexa interação entre fatores biológicos, mentais e físicos. Cada indivíduo tem capacidade de enfrentamento diferente, uma vez que demandas que podem sobrecarregar uma pessoa podem representar um desafio estimulante para outra (Kilian; Becker, 2006). Por isso, para avaliar se esta abordagem é mais benéfica ou prejudicial à saúde é relevante considerar seis áreas estratégicas: carga de trabalho, margem de manobra, reconhecimento, sentimento de comunidade, justiça e valores (Riedel-Heller *et al.*, 2013).

Nessa perspectiva, se a carga de trabalho for gerenciável, oferecendo ao indivíduo escolhas, controle, reconhecimento, recompensas, uma equipe de apoio, respeito, justiça social, e um trabalho com significado e valores, isso pode promover o engajamento e a saúde mental (Riedel-Heller *et al.*, 2013). Em contrapartida, em contextos desfavoráveis ou estressantes, caracterizados por sobrecarga, falta de autonomia, ausência de reconhecimento, baixa coesão, falta de equidade e conflitos de valores, quando presentes simultaneamente, podem contribuir para um ambiente propício ao aumento do risco de desenvolvimento de problemas psicológicos ou transtornos mentais (Riedel-Heller *et al.*, 2013).

As seis áreas estratégicas mencionadas incorporam modelos teóricos fundamentais da psicologia do trabalho, sendo um deles o Modelo de Esforço e Recompensa de Siegrist (1996). Esse modelo fundamenta-se na percepção do trabalhador quanto ao equilíbrio entre o esforço investido no trabalho e as recompensas obtidas. A condição de trabalho mais estressante ocorre quando há um desequilíbrio entre as demandas e o esforço exigido em comparação com as recompensas recebidas, como salário, reconhecimento, mobilidade na carreira e segurança no emprego. Essa desproporção está associada a efeitos adversos à saúde (Harvey *et al.*, 2017).

Outro modelo importante é o Modelo Demanda e Controle (MDC) desenvolvido pelo Karasek (1979). Inicialmente, a proposta baseava-se no estudo do estresse relacionado ao trabalho, por meio de duas dimensões: a demanda, entendida como as exigências físicas, cognitivas e emocionais inerentes a um determinado contexto de trabalho; e o controle, representado pelo grau de liberdade decisória que os indivíduos podem exercer sobre suas atividades laborais (Karasek, 1979; Araújo; Graça; Araújo, 2003). Posteriormente, foi

acrescentado ao modelo o suporte social, que pode agir como moderador do impacto em trabalhos de elevada exigência (Karasek; Theörell, 1990; Harvey., *et al*, 2017).

O modelo destaca que o estresse surge das contradições existentes no ambiente de trabalho, relacionadas às possibilidades de controle sobre o ambiente e às demandas enfrentadas pelos trabalhadores na gestão e organização de suas tarefas (Borges., *et al*, 2023; Rodrigues; Faiad; Facas, 2020). A partir da combinação de demanda e controle, Karasek, (1979) propôs quatro categorias: trabalhos com baixa exigência (baixa demanda e alto controle); trabalho ativo (alta demanda e alto controle); trabalho passivo (baixa demanda e baixo controle); e trabalho com alta exigência (alta demanda e baixo controle). O estresse ocupacional resulta da interação entre as elevadas demandas psicológicas e o baixo controle no trabalho, o que cria um cenário onde o ambiente laboral se torna prejudicial à saúde do indivíduo (Karasek; Theörell, 1990).

Nesse sentido, o modelo Demanda-Controle tem sido um dos mais utilizado para avaliar os fatores de risco psicossociais no trabalho, visto que as discrepâncias entre as elevadas exigências laborais e externas, e a capacidade para controlá-las, configuram-se como fatores de risco psicossociais (Rodrigues; Faiad; Facas, 2020). Baseadas nesses modelos teóricos há uma crescente produção científica acerca dos fatores psicossociais no trabalho relacionados com a saúde mental (Souza *et al.*, 2010; Mark; Smith, 2012; Araújo *et al.*, 2016; Campos *et al.*, 2020).

Uma revisão sistemática com metanálise realizada por Van Der Molen *et al.*, (2020) encontrou evidências moderadas indicando que os fatores de risco psicossociais relacionados ao ambiente de trabalho estão associados a um maior risco de Transtornos Mentais Relacionados ao Estresse (DRS). Notavelmente, o desequilíbrio entre esforço e recompensa, a baixa justiça organizacional e as elevadas exigências laborais emergem como os fatores com o maior aumento de risco, variando de 60% a 90%. Especificamente, no que diz respeito às demandas do trabalho, estudos de coorte revelaram que demandas laborais elevadas estão associadas a um aumento na incidência de DRS, com uma Razão de Odds (OR) combinada de 1,55 (IC 95%: 1,41-1,71) (Van Der Molen *et al.*, 2020).

Quanto aos fatores psicossociais que afetam a saúde mental dos professores universitários, uma revisão de literatura identificou vários aspectos significativos, como quantidade excessiva de carga de trabalho alocada, condições precárias, aumento do número de horas, demanda por crescimento profissional, falta de apoio organizacional, escassez de apoio para obter financiamento de pesquisa, recursos inadequados, pressão do tempo e pouco reconhecimento social (Urbina-Garcia, 2020). Nessa perspectiva, os resultados de uma outra revisão sugerem que o ambiente universitário pode ser uma fonte de estresse ocupacional

devido às exigências intensas dos docentes com ritmos intensificados e às condições de trabalho precárias, levando a tensões, insatisfação e sofrimento (Pinho *et al.*, 2023).

No que diz respeito aos aspectos psicossociais dos docentes da pós-graduação, apesar da escassez de produções científicas com esse enfoque, alguns estudos trazem luz a essa questão. Um estudo realizado por Ruza e Silva (2016) identificou que 72,2% do corpo docente que atua em dois programas de pós-graduação na área de Ciências Humanas consideram seu trabalho intensificado, principalmente devido ao acúmulo de atividades e à elevada carga de trabalho, o que os leva a aumentar o ritmo de suas atividades e estender sua rotina de trabalho. Teixeira, Marqueze e Moreno (2020) observaram que 85,0% dos orientadores de pós-graduação estavam em situação de desequilíbrio, conforme o modelo esforço e recompensa, sugerindo estresse laboral, com 23,4% classificados com alto comprometimento excessivo. Já a pesquisa feita por Barreto *et al.* (2022) com docentes de pós-graduação *stricto sensu* em Letras e Linguística no Brasil, identificaram 29,4% com alto nível de trabalho excessivo e estes apresentaram 2,75 vezes mais probabilidade de alta exaustão emocional quando comparados com aqueles com baixo nível de trabalho excessivo.

Embora os modelos teóricos desempenhem um papel crucial na gestão e avaliação dos Fatores Psicossociais Relacionados ao Trabalho, é fundamental reconhecer que não estão livres de críticas e limitações (Araújo; Graça; Araújo, 2003; Pereira *et al.*, 2020). Uma das críticas principais direcionadas ao modelo de demanda-controle é de natureza conceitual, já que sua abordagem tende a privilegiar mais as teorias cognitivas do que as teorias sociológicas ou comportamentais, uma vez que as questões se baseiam exclusivamente em autorrelatos. Isso pode resultar em uma visão mais voltada para fatores individuais do que para a organização do trabalho, como teoricamente proposto pelo modelo. Além disso, é considerado um modelo simplista para avaliar a complexidade a saúde do trabalhador já que incorpora apenas duas dimensões do mundo do trabalho (demanda e controle) (Araújo; Graça; Araújo, 2003).

Pereira *et al.*, (2020), defendem uma visão ampla da realidade de trabalho, e argumenta que o conceito de fatores de risco psicossociais tem sido utilizado de forma genérica como fator estressor na percepção dos indivíduos, e assim, o responsabiliza para que adote estratégias de defesa (*coping*) e meios de resiliência individual. Essas definições, enraizadas em um contexto ideológico específico, responsabilizam o trabalhador, focando em sua "percepção" ou "capacidade de trabalhar", em vez de abordar a precariedade das condições, organização e gestão do trabalho no sistema capitalista (Seligmann-silva, 2011; Pereira *et al.*, 2020).

Em síntese, a análise dos fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho revela não apenas a complexidade inerente à sua definição e conceituação, mas também o desafio em

dispor de uma abordagem crítica para avaliar e compreender tais aspectos de maneira mais abrangente. Apesar desses desafios, o modelo teórico de demanda-controle apresenta boa capacidade na identificação de aspectos psicossociais do trabalho e seus efeitos sobre a saúde mental em professores universitários. É preciso reconhecer esse cenário e partir para a etapa de proposições de medidas de reorganização dos ambientes de trabalho tornando-os mais saudáveis.

3.3 Saúde mental dos docentes da pós-graduação: uma perspectiva necessária

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é um estado de bem-estar mental que capacita as pessoas a enfrentarem os estresses da vida, desenvolverem suas habilidades, realizar suas funções de aprender e trabalhar, bem como contribuírem para suas comunidades. A saúde mental é um componente integral da saúde e transcende a mera da ausência de transtorno mental (OMS, 2022).

Já o transtorno mental é uma síndrome que afeta a cognição, regulação emocional ou comportamento de um indivíduo, refletindo disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento, podendo resultar em sofrimento ou prejuízo em várias esferas da vida (OMS, 2022). Conforme o Relatório Mundial de Saúde Mental da OMS, publicado em 2022, quase um bilhão de pessoas em todo o mundo vivem com um transtorno mental diagnosticável em 2019, e 15,0% dos adultos em idade ativa sofreram um transtorno mental.

De fato, a saúde mental e o trabalho estão intimamente ligados. Um ambiente de trabalho inseguro ou insalubre pode prejudicar a saúde mental, enquanto uma saúde mental deficiente pode interferir na capacidade de trabalho de uma pessoa, especialmente quando não há apoio adequado (OMS; OIT, 2022). No atual quadro econômico mundial, caracterizado pelo capitalismo neoliberal, acentuam-se as condições de insegurança no emprego, subemprego e a segmentação do mercado estão crescendo, repercutindo na saúde mental dos trabalhadores (Brasil, 2001; OMS; OIT, 2022).

Nesse contexto, destaca-se o Transtorno Mental Relacionado ao Trabalho (TMRT), considerado uma Doença Relacionada ao Trabalho (DRT) (Brasil, 2001). Para o Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), o TMRT é definido como todo caso de sofrimento emocional, manifestado de diversas formas como: choro fácil, tristeza, medo excessivo, doenças psicossomáticas, agitação, irritação, nervosismo, ansiedade, taquicardia, sudorese, insegurança, entre outros sintomas que podem indicar o desenvolvimento de transtornos mentais (Brasil, 2019). A Portaria GM/MS nº 1.999 de 2023 que atualiza a Lista de

Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT), ampliou de maneira significativa as doenças que são classificadas no escopo de transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho (Brasil, 2023).

Conforme o “Boletim Quadrimestral sobre Benefícios por Incapacidade” os transtornos mentais e comportamentais foram à terceira causa de incapacidade para o trabalho, totalizando 668.927 casos, cerca de 9,0% do total de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez concedidos entre 2012 e 2016, no Brasil (Brasil, 2017). Um dado que chama atenção é que reações ao “stress” grave e transtornos de adaptação (F43), episódios depressivos (F32) e outros transtornos ansiosos (F41) causaram 79,0% dos afastamentos e concessão de benefício por incapacidade temporária relacionado ao trabalho (Brasil, 2017).

Os Transtornos Mentais Comuns (TMC) são caracterizados por sintomas não psicóticos, tais como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas (Santos; Carvalho; Araújo, 2016; Goldberg e Huxley, 1992). O pesquisador David Goldberg introduziu o termo TMC para descrever uma variedade de condições psiquiátricas comuns, como depressão e ansiedade, que não se enquadram necessariamente em categorias diagnósticas mais específicas, como transtorno depressivo maior ou transtorno de ansiedade generalizada (Goldberg e Huxley, 1992; Goldberg, 1994).

A ocorrência de TMC tem sido objeto de estudo em diversos grupos ocupacionais (Souza *et al.*, 2010; Carvalho; Assunção *et al.*, 2013; Araújo *et al.*, 2016; Araújo; Bernardes, 2016; Lua et al., 2018; Campos *et al.*, 2020). Uma revisão sistemática analisou estudos de 1980 a 2013 para determinar a prevalência global dos transtornos mentais comuns, revelando que 29,2% dos entrevistados foram identificados como tendo enfrentado um transtorno mental comum em algum momento de suas vidas (Steel *et al.*, 2014). Outra revisão sistemática encontrou resultados semelhantes, uma prevalência de TMC de 30,0% entre trabalhadores brasileiros. As categorias profissionais que apresentaram maiores índices de TMC foram: mulheres profissionais do sexo (58,0%), educadores sociais (54,0%), bancários (45,0%), coletores (45,0%) e professores (40,0%) (Coledam *et al.*, 2022).

Essa alta prevalência de TMC entre professores, destacada por Coledam *et al.*, (2022) evidencia um problema que tem suscitado preocupação: à saúde mental dos docentes, particularmente, no contexto do presente estudo, a saúde mental do professor universitário. Em uma pesquisa desenvolvida por Ferreira *et al.*, (2015) com professores universitários da área da saúde, 19,5% apresentaram transtornos mentais comuns, sendo mais frequente entre aqueles com maior carga de trabalho (RP= 1,8; IC95% = 1,01-3,46).

Estudos realizados com professores universitários na região nordeste do Brasil demonstram prevalências semelhantes de TMC. Um deles, conduzido por Campos, Véras e Araújo (2020a), com docentes de uma universidade pública do interior da Bahia, encontrou uma prevalência de 29,9% de Transtornos Mentais Comuns (TMC). Outro estudo, realizado com professores universitários no interior do Ceará, identificou uma prevalência de TMC próxima a um terço (29,0%) dos participantes, sendo os principais fatores associados à falta de reconhecimento profissional e o regime de trabalho em dedicação não exclusiva (Vieira *et al.*, 2023).

Em relação à saúde do professor que também é pesquisador, geralmente aqueles com vínculos na pós-graduação, os autores Carvajal e Guedea (2021) revelaram que 20,0% destes experimentaram variáveis psicológicas estressantes, como: falta de controle e fadiga emocional causada por sobrecarga, multitarefa, sistemas de avaliação exigentes, complexidades administrativas e falta de reconhecimento.

O ambiente acadêmico e de pesquisa tem se tornado cada vez mais desafiador, exigindo dos profissionais um equilíbrio delicado entre diversas responsabilidades, como ensino, pesquisa e desenvolvimento profissional (Halat, *et al.*, 2023; Pinho *et al.*, 2023). Essa pressão constante para manter altos níveis de produtividade, em virtude das mudanças no sistema educacional das instituições de ensino superior e aliada aos efeitos das transformações por conta da pandemia de COVID-19, tem gerado impactos profundos na saúde mental e no bem-estar geral do corpo docente (Borges *et al.*, 2023).

3.4. Modelagem de Equações Estruturais: uma análise inovadora na epidemiologia

A Modelagem de Equações Estruturais (MEE) é uma técnica de análise estatística multivariada, vista como uma combinação de análise fatorial e regressão múltipla (Hair *et al.*, 2009). O uso da MEE na epidemiologia permite analisar de forma robusta e integrada múltiplas variáveis e suas relações complexas, contribuindo para uma melhor explicação dos fenômenos de saúde (Amorim *et al.*, 2011).

A modelagem de equações estruturais, requer antes de tudo, um modelo teórico-conceitual, que é um conjunto sistemático de relações que explica fenômenos de forma consistente (Hair *et al.*, 2009). Esse modelo pode ser expresso por meio de equações e gráficos. A representação gráfica é denominada de diagramas de caminho, o qual usa figuras geométricas e setas para mostrar os tipos de variáveis e suas relações hipotetizadas (Amorin *et al.*, 2012).

Em relação aos tipos de variáveis, aquelas que não são diretamente mensuráveis são chamadas de latentes. As variáveis observadas, que são usadas para compor uma variável latente, são chamadas de indicadores (Amorim *et al.*, 2011). Outra conceituação é a de variáveis exógenas que aquelas que não são influenciadas de outras variáveis do modelo, sendo também chamadas de independentes nos modelos de regressão tradicionais. Já as variáveis endógenas são as que recebem influência de outras variáveis presentes no modelo, sendo também nomeadas de dependentes (Amorim *et al.*, 2011). Na MEE é possível que uma mesma variável seja resposta em uma equação e apareça como variável preditora em outra equação (Amorin *et al.*, 2012).

Outro aspecto importante é a especificação de modelo estatístico, no qual as relações são definidas por uma série de equações que descrevem as estruturas hipotetizadas. O método consiste na definição de modelos para a variável latente e para as medidas observadas (Amorim; Santos, 2011). Assim, a MEE é composta por dois submodelos: o modelo de mensuração e o modelo estrutural (Amorin *et al.*, 2012).

O modelo de mensuração expõe como as variáveis indicadoras (observáveis) expressam os construtos ou variáveis latentes (Amorin *et al.*, 2012). Essa parte do modelo está relacionada com o uso de análise fatorial confirmatória (AFC), que determina a forma como as variáveis latentes são construídas a partir das variáveis observadas. Este modelo, também oferece uma descrição das propriedades de mensuração como validade e confiabilidade dessas variáveis (Amorin *et al.*, 2012; Hair *et al.*, 2009).

O modelo estrutural expressa como os construtos e as variáveis observadas se relacionam, por meio do cálculo de equações simultâneas extraídas das relações teóricas estabelecidas entre os eventos de interesse (Amorin *et al.*, 2012). É nessa etapa que se desenvolve os procedimentos de especificação e estimação das associações das variáveis latentes entre si ou com outras variáveis observáveis, com descrição da magnitude dos efeitos (Amorin *et al.*, 2012; Hair *et al.*, 2009).

Além disso, para que um modelo funcione corretamente, ele precisa ser identificado, ou seja, deve haver dados suficientes para estimar cada parâmetro de forma única Amorim *et al.*, 2011). A identificabilidade do modelo geralmente ocorre quando elementos da matriz de covariância entre as variáveis observadas forem maiores ou iguais ao número de parâmetros a ser estimado (Amorim *et al.*, 2011). No caso de não haver problema de identificabilidade no modelo, este pode ser ajustado aos dados representados pela matriz de variância e covariância. Os índices de ajustes fornecem informações sobre se o modelo estrutural é plausível ou não (Amorin *et al.*, 2012; Hair *et al.*, 2009).

Existem vários critérios a serem utilizados no ajuste do modelo que dependem da natureza das variáveis e do planejamento do tamanho amostral (Amorim *et al.*, 2011). Dentre os critérios de bom ajuste destacam-se: o Chi-Quadrado (χ^2) que testa em que medida a matriz proposta reproduz a matriz de covariância amostral, cujo valor de $p > 0,05$ indica bom ajuste, mas esse índice é sensível ao tamanho da amostra, podendo rejeitar modelos adequados em amostras grandes. Então, o Chi-Quadrado Normalizado o (χ^2/df) é uma solução alternativa do Chi-Quadrado que leva em conta os graus de liberdade, com valores $\leq 3,0$ indicando bom ajuste. Outro critério, é o RMSEA (Root Mean Square Error of Approximation) que reflete a diferença média entre a covariância observada e a do modelo, com valor $< 0,05$ indicando bom ajuste. E tem os índices *Comparative Fit Index* (CFI) e o *Tucker-Lewis Index* (TLI) que avaliam o ajuste do modelo em relação a um modelo nulo, com valores $\geq 0,90$ considerados aceitáveis (Amorim *et al.*, 2012; Hair *et al.*, 2009).

Após o ajuste do modelo, pode ser necessário modificações no modelo teórico-conceitual inicialmente proposto (Amorim *et al.*, 2011). Essas alterações visam melhorar os critérios de bondade de ajuste do modelo. Para identificar onde o modelo pode ser aprimorado, são utilizados elementos diagnósticos, como os índices de modificação, que são calculados pelos softwares estatísticos quando o ajuste do modelo é realizado, mas a decisão em modificá-lo depende, principalmente, das implicações teóricas de que pode decorrer da modificação (Amorim *et al.*, 2012). Esses índices podem indicar possíveis reespecificações, como a inclusão de novas relações entre variáveis (Amorim *et al.*, 2012).

Acredita-se que a MEE para análise de dados epidemiológicos pode contribuir para avaliação de questões de pesquisa complexas sob uma perspectiva nova e robusta, especialmente pelo fato dela permitir a representação gráfica das relações e estimação de seus efeitos em situações em que uma variável não tem efeito direto sobre a outra, mas age indiretamente por intermédio de outras variáveis, fornecendo estimativas tanto dos efeitos diretos quanto dos indiretos (Amorim *et al.*, 2011).

4 MODELO TEÓRICO PROPOSTO

O trabalho é um importante determinante social em saúde, e suas condições e organização impactam o processo saúde e doença de diversos grupos ocupacionais, incluindo os ligados à docência e pesquisa na pós-graduação do ensino superior público (Freitas, Navarro, 2019; Lusa *et al.*, 2019). Esse ambiente de trabalho, marcado por múltiplas exigências e responsabilidades, reflete o contexto sócio-histórico da organização do trabalho na sociedade capitalista contemporânea. A competitividade acadêmica, a pressão por produtividade e a precarização do ensino superior intensificam os fatores psicossociais relacionados ao trabalho, como o estresse ocupacional (Leite, 2017; Lusa *et al.*, 2019; Teixeira; Marqueze; Moreno, 2020).

A pós-graduação *stricto sensu*, lócus de produção científica e prestígio acadêmico, é também um espaço onde se reproduzem disparidades estruturais de gênero e raça (Reis; March, 2021; Ferreira, Teixeira e Ferreira, 2022). Tais desigualdades, como construções históricas e sociais, determinam o acesso e a participação de diferentes grupos no campo acadêmico. Homens brancos predominam nos espaços de maior prestígio, seguidos por mulheres brancas, enquanto mulheres negras ocupam a base e são as menos representadas (Sousa *et al.*, 2021; Ferreira, Teixeira e Ferreira, 2022).

Essas desigualdades, acentuadas pela intersecção de fatores raciais e de gênero, podem condicionar a experiência no trabalho, aumentando os riscos à saúde mental. De fato, há uma predominância de mulheres e negros em postos de trabalho mais estressantes, o que resulta em maior vulnerabilidade e exposição ao adoecimento mental desses grupos, sendo as mulheres negras o grupo com maior prevalência de transtornos mentais comuns, independentemente da ocupação (Smolen *et al.*, 2018; Campos *et al.*, 2020; Sousa; Araújo; Maturino, 2024).

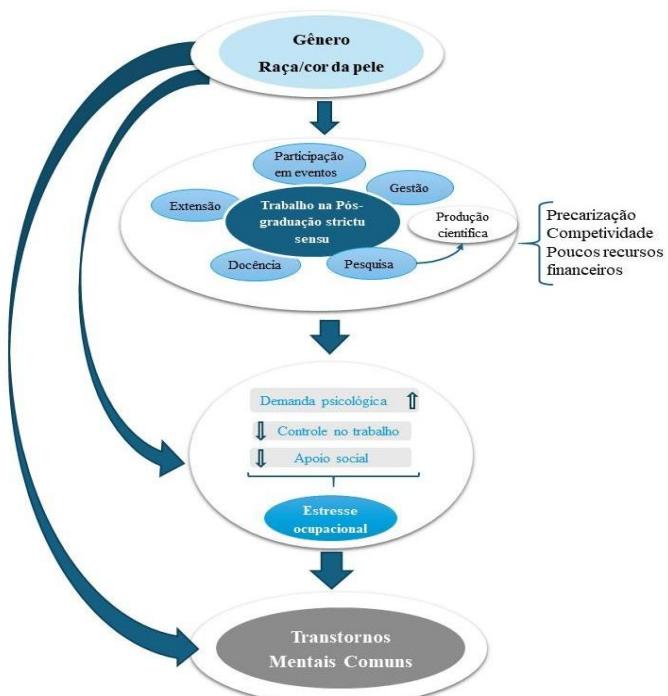
Além disso, os docentes de pós-graduação enfrentam um processo de trabalho complexo e multifacetado, pois permanecem envolvidos em suas responsabilidades no ensino da graduação, além de se envolverem em atividades de gestão, pesquisa e extensão. Estas demandas são intensificadas pelas exigências específicas da pós-graduação *strictu sensu*, onde há uma ênfase particular no papel de pesquisador, que é caracterizado pela pressão contínua por produtividade intelectual devido aos critérios de avaliação da CAPES (Leite, 2017; Morais, 2018; Ruza, Silva, 2016). Essa realidade os torna particularmente suscetíveis a experimentar fatores psicossociais estressores, o que, por sua vez, pode levar ao desenvolvimento de

problemas de saúde mental, especialmente no contexto de desigualdades de gênero e raça presentes na pós-graduação.

A avaliação dos fatores psicossociais será baseado no Modelo Demanda-Controle (MDC) de Karasek (1979), cuja proposta assume uma causalidade sociológica, no qual as **demanda psicológicas** se referem à carga mental e emocional percebida pelos trabalhadores em relação às exigências do trabalho, como prazos apertados, volume de trabalho e complexidade das tarefas; já o **controle sobre o trabalho** diz respeito à autonomia e tomada de decisões que este tem na realização das atividades laborais (Araújo; Graça; Araújo, 2003). Posteriormente, foi acrescentado ao modelo o **Apoio Social no Trabalho** (AST) que se refere ao suporte que o trabalhador recebe de colegas e supervisores, originando o MDC completo (MDC/AST). O MDC prediz que situações de trabalho de alta exigência (uma combinação entre alta demanda e baixo controle) é aquela com maior grau de estresse laboral e está associado a piores desfechos de saúde, incluindo problemas cardíacos, síndrome de burnout e transtornos mentais comuns (Araújo; Graça; Araújo, 2003). Por outro lado, o apoio social pode atenuar os efeitos negativos do estresse no trabalho sobre saúde.

Portanto, é válido dar visibilidade à saúde mental e aos fatores psicossociais relacionados ao trabalho dos docentes da pós-graduação. Assim, baseado nas concepções teóricas e evidências empíricas apresentadas, o modelo teórico proposto que fundamentou essa investigação está ilustrado na figura abaixo.

Figura 1 – Modelo Teórico Proposto



5 METODOLOGIA

Este estudo é um recorte da pesquisa "Trabalho Docente e Saúde em Tempos de Pandemia (COVID-19) - Fase 2" desenvolvida pelo Núcleo de Epidemiologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e pelo Núcleo Saúde, Educação e Trabalho (UFRB) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

5.1 Desenho do estudo

Trata-se de um estudo epidemiológico do tipo corte transversal, com amostragem por conveniência. A principal característica do delineamento de um estudo transversal é a observação direta dos indivíduos em um único ponto no tempo, em que o desfecho e a exposição são observados simultaneamente (Medronho *et al.*, 2009). Esse método é eficaz para detectar frequências de doenças e fatores de exposição, assim como para identificar os grupos da população que estão mais ou menos afetados.

Entre as vantagens desse tipo de estudo, destacam-se a relativa rapidez e o baixo custo de condução; a facilidade para obter uma amostra representativa da população; a adequação para doenças e exposições de alta prevalência e de longa duração; e a utilidade para gerar hipóteses que podem ser exploradas em estudos mais aprofundados. Por outro lado, as desvantagens incluem o viés de prevalência; a inadequação para doenças raras; a dificuldade em estabelecer uma sequência causal; e a limitação de que os dados sobre a exposição atual podem não refletir a exposição passada (Pereira, 2008).

5.2 População e Local de estudo

A população amostral do estudo foi os 149 docentes da pós-graduação *stricto sensu* de duas universidades públicas no estado da Bahia: a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A UEFS oferta regularmente 31 cursos de graduação distribuídos em 04 áreas do conhecimento: Tecnologia e Ciências Exatas; Ciências Humanas e Filosofia; Letras e Artes; e Ciências Naturais e da Saúde. Em relação aos programas de pós-graduação, de acordo com relatório da CAPES, a UEFS possui 18 programas de pós-graduação *stricto sensu* habilitados, sendo quatro deles na modalidade mestrado profissional, e os demais na modalidade acadêmica

(mestrado e doutorado). Atualmente cinco programas de pós-graduação da UEFS, tem conceito 5; outros cinco têm nota 4; e o restante (8) tem a nota mínima para permanecer ativo, que é 3.

A UFRB, por sua vez, tem 62 cursos de Graduação ofertados em 7 centros de ensino: Artes, Humanidades e Letras; Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade; Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e Tecnológicas; Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas; e Formação de Professores. Quanto aos programas de pós-graduação possui 14 em funcionamento no sistema CAPES, destes 6 são mestrados profissionais e 8 são acadêmicos (mestrado e doutorado). No que tange a avaliação CAPES, em sua maioria os programas de pós-graduação (8) têm conceito CAPES, nota 4, apenas um programa tem nota 5, e os demais estão com nota 3.

5.3 Critérios de elegibilidade

Nesta pesquisa foram incluídos os docentes universitários vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu* que estavam exercendo suas atividades durante o período de coleta de dados e que tinham interesse e disponibilidade para participar do estudo. Os critérios de exclusão adotados foram: não estar realizando o trabalho docente devido a afastamento para aperfeiçoamento profissional, doença, férias, licença-prêmio ou maternidade, e recusa em participar da pesquisa.

5.4 Procedimentos e instrumento de coleta de dados

Todos os docentes foram convidados a participar da pesquisa de forma online, por meio do preenchimento de um formulário na plataforma REDCap, via *e-mail* institucional dos professores de ambas as universidades, nos meses de agosto a novembro de 2023. Em caso de aceite, primeiramente, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A), e em seguida responderam ao um instrumento autoaplicável, composto por 5 blocos: I - Características sociodemográficas e gerais do trabalho ; II - Características do trabalho docente, composto por questões sobre aspectos do retorno ao trabalho presencial, contendo os seguintes instrumentos: *Job Content Questionnaire* (JCQ) e Escala desequilíbrio Esforço-Recompensa (ERI); III – Atividades domésticas, que contém a escala conflito trabalho-família; IV – Características da situação de saúde, que contempla questões sobre diagnósticos médicos, sintomas de dor ou alteração física; o *Self Reporting Questionnaire* (SRQ-20), *General Anxiety Disorder – 7* (GAD-7) e o *Patient Health Questionnaire-9* (PHQ-9); e V -

Hábitos de vida, nele contém o *Mini Sleep Questionnaire (MSQ)*, e questões sobre o consumo de álcool e atividade física. Segue o link para acesso ao formulário: <https://redcap.ufrb.edu.br/surveys/index.php?s=YHCKDPPJWH> (Anexo B).

5.5 Variáveis do Estudo e Instrumentos de Mensuração

Neste estudo, a variável de exposição principal foram os aspectos psicossociais do trabalho, avaliados por meio do *Job Content Questionnaire (JCQ)*. O JCQ é um instrumento derivado do Modelo Demanda e Controle (MDC) e tem versão validada no Brasil em docentes universitários (Araújo; Graça; Araújo, 2003; Araújo; Karasek, 2008). No total, o JCQ é composto por 49 questões com respostas de cada questão em uma escala do tipo *likert*, que varia de acordo com o grau de concordância com cada afirmação (1 = Discordo fortemente; 2= Discordo; 3= Concordo 4=Concordo fortemente) (Araújo; Graça; Araújo, 2003).

Os indicadores de demanda e controle foram calculados a partir do somatório das variáveis correspondentes a cada um; sendo a demanda psicológica representada por 5 questões, e o controle sobre o trabalho formado por 09 questões. Em seguida foi feita a dicotomização do controle (baixo/alto) e da demanda (baixa/alta), utilizando como ponte de corte o 2º tercil, conforme recomendado do *Job Content Questionnaire User's Guide* (Karasek, 1985).

A partir das combinações alta e baixa demanda psicológica com alto e baixo controle do JCQ, construiu-se quatro categorias de trabalho: baixa exigência (combinação de baixa demanda e alto controle), trabalho passivo (baixa demanda e baixo controle), trabalho ativo (alta demanda e alto controle) e alta exigência (alta demanda e baixo controle).

Para análise combinada no modelo completo (MDC/AST), o MDC foi dicotomizado em: 0-Não exposto (baixa exigência) e 1- Exposto (trabalho passivo, trabalho ativo e alta exigência). Já o de Apoio Social no Trabalho (AST) foi obtido pela soma das pontuações atribuídas a 5 questões do JCQ e, posteriormente, categorizado em níveis baixos (exposição) e alto (categoria de referência), de acordo com o 2º tercil.

A combinação entre as categorias do MDC (modelo parcial) e os níveis de AST permitiu a formulação do MDC completo (MDC/AST), variável incluída nas análises para representar os aspectos psicossociais estressores do trabalho. Segundo esse modelo, o gradiente de exposição foi classificado da seguinte maneira: 0 - Não exposto em ambos (MDC e AST); 1 - Exposto em AST e não exposto em MDC; 2 - Não exposto em AST e exposto em MDC; 3 - Exposto em AST e exposto em MDC (Gomes *et al.*, 2021).

A variável desfecho consistiu nos Transtornos Mentais Comuns(TMC), mensurados por meio do *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20). SRQ-20 trata-se de um instrumento desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para rastreamento e suspeição de transtornos não psicóticos, agrupadas em 4 grupos de sintomas: humor depressivo-ansioso, sintomas somáticos, decréscimo de energia vital, pensamentos depressivos (Quadro 1) (Santos *et al.*, 2010). É composto por 20 questões de autorrelato com respostas dicotômicas simples (sim/não), e apresenta boa consistência interna em diferentes grupos ocupacionais (Santos; Araújo; Oliveira, 2009; Santos; Carvalho; Araújo, 2016).

Para estimar a prevalência dos TMC, a variável desfecho foi tratada como dicotômica e diretamente observada. E para isso utilizou-se pontos de corte de ≥ 7 para mulheres e ≥ 5 para homens, de acordo com as recomendações de Santos *et al.*, (2010). Já na modelagem por equações estruturais, os TMC foram tratados como uma variável latente contínua, utilizando-se os escores do somatório dos itens de cada grupo de sintomas.

Quadro 1: Itens do *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20) distribuídos por quatro grupos de sintomas.

Grupo de Sintomas	Questões do SRQ-20
Humor depressivo-ansioso	Sente-se nervoso, tenso ou preocupado? Assusta-se com facilidade? Sente-se triste ultimamente? Você chora mais do que de costume?
Sintomas somáticos	Tem dores de cabeça frequentemente? Você dorme mal? Você sente desconforto estomacal? Você tem má digestão? Você tem falta de apetite? Tem tremores nas mãos?
Decréscimo de energia vital	Você se cansa com facilidade? Tem dificuldade em tomar decisão? Tem dificuldades de ter satisfação em suas tarefas? O seu trabalho traz sofrimento? Sente-se cansado todo o tempo? Tem dificuldade de pensar claramente?
Pensamentos depressivos	Sente-se incapaz de desempenhar papel útil em sua vida? Tem perdido o interesse pelas coisas? Tem pensado em dar fim à sua vida? Sente-se inútil em sua vida?

Em relação às demais variáveis explanatórias, foram avaliadas as características sociodemográficas (gênero, idade, raça/cor da pele, situação conjugal); tempo de trabalho na profissão; e informações sobre hábitos de vida (atividade de lazer).

O gênero foi aferido a partir de uma pergunta com as seguintes opções de resposta: mulher cis, homem cis, não binário, mulher trans, homem trans, e prefiro não informar. Todavia, no recorte da pós-graduação *stricto sensu*, obtiveram-se respostas apenas das categorias homem cis e mulher cis. Apesar disso, a análise de gênero não se limitou a diferenças biológicas entre os sexos, sendo adotada a perspectiva de gênero considerando que se trata de uma construção sociocultural que impacta as relações sociais, a inserção e posição no mercado de trabalho e os padrões de adoecimento (Heidari *et al.*, 2016).

A raça foi avaliada por meio da cor autorreferida, seguindo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com categorias de resposta branca, preta, amarela, parda ou indígena. Para fins analíticos, os docentes foram agrupados em “brancas/amarelas” e “pretas/pardas/indígenas”. Essa categorização considera a proximidade de condições socioeconômicas e histórico de desigualdades estruturais desses grupos, sobretudo no acesso a espaços como a pós-graduação *stricto sensu*, no qual pessoas negras (pretas/pardas) e indígenas são sub-representadas (GEMMA, 2023).

Na intersecção entre gênero e raça, foram construídos quatro grupos analíticos: 0- homens brancos/amarelos (grupo de referência), 1- homens negros/indígenas, 2- mulheres brancas/amarelas e 3- mulheres negras/indígenas (grupo mais exposto). Essa estrutura permite avaliar os efeitos do gradiente de menor para maior vulnerabilização no entrelaçamento de raça e gênero na saúde mental (Smolen *et al.*, 2018).

A variável idade foi investigada em anos completos de vida e, para as análises, foi categorizada em: 0- 20 a 39 anos, 1- 40 a 59 anos e 2- 60 anos ou mais. O tempo de trabalho na profissão foi avaliado pela quantidade de anos completos trabalhados como docente do ensino superior. Para as análises, a variável tempo de trabalho foi dicotomizado em: 0- Menor ou igual a 5 anos e 1- 6 anos ou mais.

Para avaliar a prática de atividades de lazer o/a participante respondeu à pergunta “Atualmente, você tem praticado alguma atividade de lazer, para distrair ou relaxar?”, tendo como opções de resposta: 0- Não e 1- Sim.

5.6 Vieses e limitações do Estudo

Em virtude do delineamento desta pesquisa, é possível apontar alguns potenciais tipos de viés que podem ocorrer na realização neste estudo, a saber: viés de seleção, viés de memória e o viés do trabalhador sadio. O viés de seleção pode ocorrer tanto pelo possível desinteresse

dos docentes universitários em participar de pesquisas, o que pode ocasionar perdas na quantidade de respostas obtidas, quanto devido a amostragem por conveniência, pois o fato de os participantes não terem sido escolhidos aleatoriamente pode produzir estimativas que não seja representativa da população-alvo (Pereira, 2008). O viés de memória pode se manifestar principalmente durante o estabelecimento do desfecho TMC, pois exige o resgate de informações passadas nos últimos 30 dias ao responder o SRQ-20. Já o viés do trabalhador sadio pode ocorrer uma vez que a investigação se limita aos trabalhadores que estavam em pleno exercício de suas atividades laborais, excluindo aqueles que poderiam estar afastados por adoecimento devido ao próprio trabalho (Pereira, 2008).

Dessa forma, algumas estratégias preventivas foram utilizadas para minimizar o viés de seleção, por se tratar de um estudo censitário, buscou-se uma lista completa e atualizada contendo todos os docentes da UEFS e UFRB, a fim de assegurar que nenhum segmento da população seja inadvertidamente excluído. Também, foi feita uma divulgação ampla nas redes sociais e nas reuniões de departamento visando alcançar o máximo de participantes possíveis.

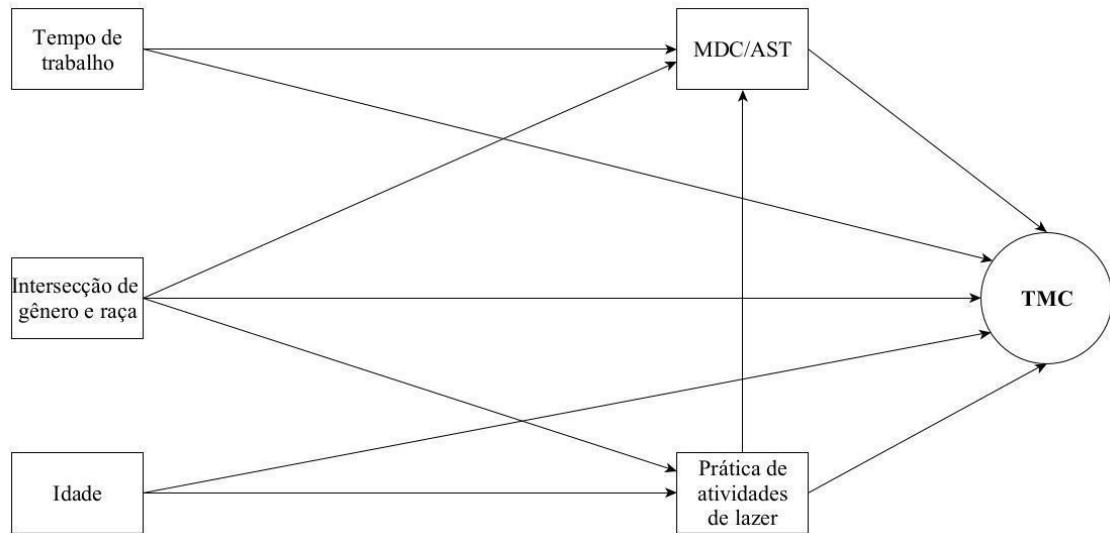
Uma das limitações é que algumas variáveis específicas que caracterizam o trabalho do professor na pós-graduação não foram coletadas, tais como o tempo de atuação na pós-graduação, qual/quais programas de pós-graduação em que está envolvido e número de orientandos que possui. Isso ocorre porque esta pesquisa se baseia em um recorte de uma pesquisa mais ampla, no qual esses dados já haviam sido coletados no momento do delineamento deste estudo. No entanto, é inegável a contribuição que este estudo trará para a compreensão do trabalho do professor que atua também na pós-graduação.

5.7 Análise de dados

A análise estatística dos dados foi realizada em várias etapas. Primeiramente, foi feita uma análise descritiva para caracterizar a amostra quanto aos aspectos sociodemográficos e condições gerais no trabalho. As variáveis qualitativas(categóricas) foram apresentadas em frequência absoluta (n) e frequência relativa (%); já para as variáveis contínuas, foram empregadas medidas de tendência central (média ou mediana) e de dispersão (desvio padrão ou intervalo interquartil). Para isso, os dados foram exportados da plataforma REDCap para uma planilha do programa *Microsoft Excel*, e depois organizados e processados no software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS®, versão 24.0),

Posteriormente, foi realizada a Modelagem de Equações Estruturais (MEE) , seguindo o modelo estrutural conceitual com base nos determinantes causais dos TMC entre docentes

universitários/as da pós-graduação *stricto sensu*. Nesse modelo, distinguem-se as relações entre variáveis tratadas como diretamente observadas (intersecção de gênero e raça, idade, tempo de trabalho, prática de atividades de lazer e fatores psicossociais estressores no MDC/AST) e a variável latente TMC (Figura 1).



MDC/AST: Modelo completo Demanda-Controle e Apoio Social no Trabalho; TMC: Transtornos Mentais Comuns.

Figura 1. Estrutura conceitual de determinantes de TMC em docentes da pós graduação *stricto sensu*, Bahia, Brasil. (N=149).

Com base no modelo, foram definidas as seguintes hipóteses do estudo:

- Hipótese 1: Quanto maior a vulnerabilidade da intersecção de gênero e raça, maior a prevalência de TMC;
- Hipótese 2: Quanto maior a idade, maior a prevalência de TMC;
- Hipótese 3: Quanto maior o tempo de trabalho, maior a prevalência de TMC;
- Hipótese 4: Quanto maior a exposição no MDC/AST, maior a prevalência de TMC;
- Hipótese 5: Quanto maior a vulnerabilidade da intersecção de gênero e raça, maior a exposição no MDC/AST e maior a prevalência de TMC;
- Hipótese 6: Quanto maior a vulnerabilidade da intersecção de gênero e raça, menor a ocorrência de prática de atividades de lazer e maior a prevalência de TMC;
- Hipótese 7: Quanto maior a idade, menor a ocorrência de prática de atividades de lazer e maior a prevalência de TMC;
- Hipótese 8: Quanto maior o tempo de trabalho, maior a exposição no MDC/AST e maior a prevalência de TMC;

Para realizar o processamento das análises de Modelagem com Equações Estruturais (*Structural Equation Modeling* - SEM), o banco de dados foi exportado para formato compatível com o software Mplus, versão 8.4. Para avaliar o modelo de mensuração da SEM, constituído pela variável latente TMC, conduziu-se Análise Fatorial Exploratória (EFA) com a finalidade de testar se a estrutura fatorial do construto latente estava de acordo com o preconizado pela validação da escala SRQ-20 (Santos; Araújo; Oliveira, 2009). Os critérios para considerar os itens como potencialmente carregados no fator foram: se apresentassem carga fatorial padronizada (λ) maior ou igual a 0,3 e a variância residual (δ) menor ou igual a 0,735 (Hair *et al.*, 2009; Reichenheim; Hokerberg; Moraes, 2014).

Para analisar o modelo estrutural, composto pela variável latente (TMC) e variáveis diretamente observadas (intersecção de gênero e raça, idade, tempo de trabalho, prática de atividades de lazer e MDC/AST), foram computados os coeficientes de regressão padronizados (β), com nível de significância estatística de 5%. A magnitude dos efeitos diretos, indiretos e totais foi classificada como: pequeno (em torno de 0,10), moderado (próximo à 0,30) e grande ($> 0,50$) (Kline, 2015). Foi adotado nesta análise o estimador *Weighted Least Squares Means and Variance Adjusted* (WLSMV) e, para reespecificar o modelo foram considerados os Índices de Modificação maiores ou iguais a 10 e as Mudanças Esperadas de Parâmetros maiores ou iguais a 0,25 (Brown, 2015).

O ajuste dos modelos foi avaliado por meio do *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA) menor que 0,06 (Brown, 2015), com limite inferior do intervalo de confiança de 90% inferior a 0,05 por se tratar de amostra pequena ($n < 200$) (Chen *et al.*, 2008); o *Comparative Fit Index* (CFI) e o *Tucker-Lewis Index* (TLI) maiores ou iguais a 0,95 (Kline, 2015).

5.8 Aspectos éticos

A pesquisa "Trabalho Docente e Saúde em Tempos de Pandemia (COVID-19) - Fase 2" obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CEP/UFRB), com o número do parecer de aprovação: 6.137.234 (Anexo C). Todos os participantes que foram incluídos na pesquisa manifestaram interesse em responder ao questionário após lerem e concordarem com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme baseado na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. A eles foram assegurado que os dados fornecidos seriam confidenciais, mantendo o anonimato e o sigilo das informações.

6 RESULTADOS

Os achados desta pesquisa são apresentados no artigo a seguir:

6.1 Artigo: Fatores associados aos Transtornos Mentais Comuns (TMC) em docentes de pós-graduação *stricto sensu*: modelagem com equações estruturais

Resumo

O estudo teve como objetivo analisar os fatores associados à ocorrência de Transtornos Mentais Comuns (TMC) entre docentes de pós-graduação *stricto sensu* com ênfase nos fatores psicossociais do trabalho. Trata-se de um estudo transversal com 149 docentes de programas *stricto sensu* no estado da Bahia, cuja variável desfecho foram os TMC, mensurados pelo *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20); e as variáveis explanatórias incluíram os aspectos psicossociais estressores do trabalho, avaliados pelo *Job Content Questionnaire* (JCQ), características sociodemográficas, tempo de trabalho e hábitos de vida. A análise utilizou modelagem de equações estruturais. Os resultados mostraram predomínio de mulheres (62,4%), raça/cor branca (43,2%) e idade entre 40 e 59 anos (79,1%). A maioria possuía mais de seis anos de docência (88,6%) e exposição concomitante ao Modelo Completo Demanda-Controle e Apoio Social no Trabalho (MDC/AST) (57,5%). A maior parte praticava atividades de lazer (70,2%). A prevalência global de TMC foi de 40,3%. Houve associação direta entre TMC e as variáveis estresse ocupacional (MDC/AST) (p -valor=0,031), menor idade (p -valor=0,040) e não praticar atividades de lazer (p -valor=0,020). Nos caminhos indiretos, o estresse mediou a relação entre tempo de trabalho e TMC (p -valor=0,038). Embora sem efeito direto significativo, a interseção de gênero e raça mostrou efeito total (p -valor=0,007), indicando maior prevalência de TMC com o aumento da vulnerabilidade. Os achados revelam a complexidade dos fatores que influenciam a saúde mental dos professores/pesquisadores, bem como destacam a importância de propor estratégias que promovam o equilíbrio trabalho-vida no ambiente universitário.

Palavras- Chaves: Transtornos Mentais Comuns; Ensino Superior Público; Programa de pós-graduação;

Abstract

The study aimed to analyze the factors associated with the occurrence of Common Mental Disorders (CMD) among strictu sensu postgraduate professors, with an emphasis on psychosocial work factors. This cross-sectional study included 149 faculty members from stricto sensu programs in the state of Bahia, with CMD as the outcome variable, measured by the Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20). The explanatory variables included stressful psychosocial aspects of work, assessed by the Job Content Questionnaire (JCQ), sociodemographic characteristics, length of service, and lifestyle habits. The analysis used structural equation models. The results showed a predominance of women (62,4%), white race/ethnicity (43,2%), and age between 40 and 59 years (79,1%). The majority had more than six years of teaching experience (88,6%) and concomitant exposure to the complete Demand-Control and Social Support Model at Work (DCM/AST) (57,5%). Most practiced leisure activities (70,2%). The overall prevalence of CMD was 40,3%. There was a direct association between CMD and the variables occupational stress (DCM/AST) (p -value=0.031), younger age

(p-value=0.040), and not practicing leisure activities (p-value=0,020). In the indirect pathways, stress mediated the relationship between working time and CMD (p-value=0.038). Although without a significant direct effect, the intersection of gender and race showed a total effect (p-value=0.007), indicating a higher prevalence of CMD with increased vulnerability. The findings highlight the complexity of factors influencing the mental health of faculty members and researchers, as well as emphasize the importance of proposing strategies that promote work-life balance in the university environment.

Keywords: Common Mental Disorders; Public Higher Education; Postgraduate Program;

Introdução

O trabalho do professor do ensino superior público é complexo e multifacetado, compreendendo atividades de ensino, gestão, extensão e pesquisa (Leite, 2017; Vasconcelos; Lima, 2021). A atuação nos Programas de Pós-Graduação (PPG) *strictu sensu* representa um acréscimo considerável à carga de trabalho do docente, principalmente pelas demandas advindas do papel de pesquisador, como a condução de estudos científicos, a orientação de mestrandos e doutorandos e a captação de recursos em um ambiente competitivo e com reduzidos investimentos na ciência (Leite, 2017; Morais, 2018; Ruza, Silva, 2016).

Entretanto, essas demandas não afetam os docentes de forma homogênea. As disparidades raciais e de gênero também se refletem na distribuição desigual da carga de trabalho na docência universitária (Misra *et al.*, 2021). Nos PPG, as posições estáveis e de maior prestígio acadêmico são, em sua maioria, ocupadas por pessoas brancas, principalmente homens (GEMMA, 2023). Enquanto isso, pessoas negras, em especial mulheres, têm menor representação nesses espaços e, quando os ocupam, sofrem com cargas de trabalho desiguais e injustas, além de pouco reconhecimento na carreira científica (Misra *et al.*, 2021; Ferreira; Teixeira; Ferreira, 2022).

A complexidade do trabalho na pós-graduação *stricto sensu* é ainda ampliada pela sua sujeição à lógica capitalista, expressa na adoção do modelo gerencialista nas universidades públicas (Chauí, 2003; Lusa *et al.*, 2019; Reis; March, 2021). Essa dinâmica se manifesta de duas formas principais: (1) no direcionamento da produção científica para atender às demandas de mercado, priorizando áreas e produtos com retorno econômico imediato (Guimarães; Brito; Santos, 2020), e (2) na avaliação do trabalho docente pelos órgãos de fomento das pesquisas, que submete os docentes à cultura do produtivismo acadêmico (Pereira; Lima, 2017; Queiróz; Emiliano, 2020). Esse cenário impõe metas elevadas aos docentes, intensificando o ritmo de

trabalho e a competitividade acadêmica (Vasconcelos; Lima, 2021; Teixeira; Marqueze; Moreno, 2020).

Diante dessa realidade, os docentes se tornam mais propensos a vivenciar fatores psicossociais estressores relacionados ao trabalho (Teixeira; Marqueze; Moreno, 2020; Borges., *et al*, 2023). Carvajal e Guedea (2021) observaram que níveis semelhantes de estresse ocorrem em professores- pesquisadores, com um percentual que varia em torno de 20%, atrelado a fatores como: falta de controle, exaustão emocional, percepção de sobrecarga, multiplicidade de papéis, exigências dos sistemas de avaliação, instabilidade profissional e pouco reconhecimento da atividade científica.

Os fatores psicossociais no trabalho são definidos como as interações entre o ambiente de trabalho, o conteúdo das tarefas, as condições organizacionais e as características pessoais dos trabalhadores, que podem influenciar a saúde, o desempenho e a satisfação no trabalho (OIT, 1986). Um dos modelos mais usado nos estudos dos aspectos psicossociais é o Modelo Demanda Controle (MDC), no qual o estresse ocupacional surge a partir das interações e contradições do trabalho caracterizado por uma alta demanda psicológica e um baixo controle sobre as atividades laborais (Karasek, 1979; Araújo; Graça; Araújo, 2003).

O estresse ocupacional tem sido apontado como um fator que contribui para a ocorrência dos Transtornos Mentais Comuns (TMC) em diversos trabalhadores (Farias; Araújo, 2011; Harvey *et al.*, 2017; Mattos; Araújo; Almeida, 2017). Os TMC correspondem a um conjunto de sinais e sintomas não psicóticos, como insônia, fadiga, irritabilidade, dificuldade de concentração e esquecimento (Godberg e Huxley, 1992; Santos; Carvalho; Araújo, 2016). Essa condição apresenta uma prevalência elevada entre docentes universitários, conforme observado no estudo de Campos, Véras e Araújo (2020), que identificou TMC em 29,9% dos professores. Apesar da importância do professor-pesquisador da pós-graduação para o desenvolvimento da ciência e da sociedade, ainda são incipientes estudos que abordam o estresse ocupacional e saúde mental dessa categoria. Assim, este estudo traz informações que podem ajudar a repensar os processos de trabalho na pós-graduação, por vezes pautado em uma lógica produtivista e adoecedora. Portanto, o objetivo deste estudo foi analisar os fatores associados à ocorrência de Transtornos Mentais Comuns (TMC) entre docentes de pós-graduação *strictu sensu* com ênfase nos fatores psicossociais do trabalho.

Materiais e métodos

Este estudo é um recorte da pesquisa "Trabalho Docente e Saúde em Tempos de Pandemia (COVID-19) - Fase 2, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade

Federal do Recôncavo da Bahia (CEP/UFRB), com o número do parecer de aprovação: 6.137.234.

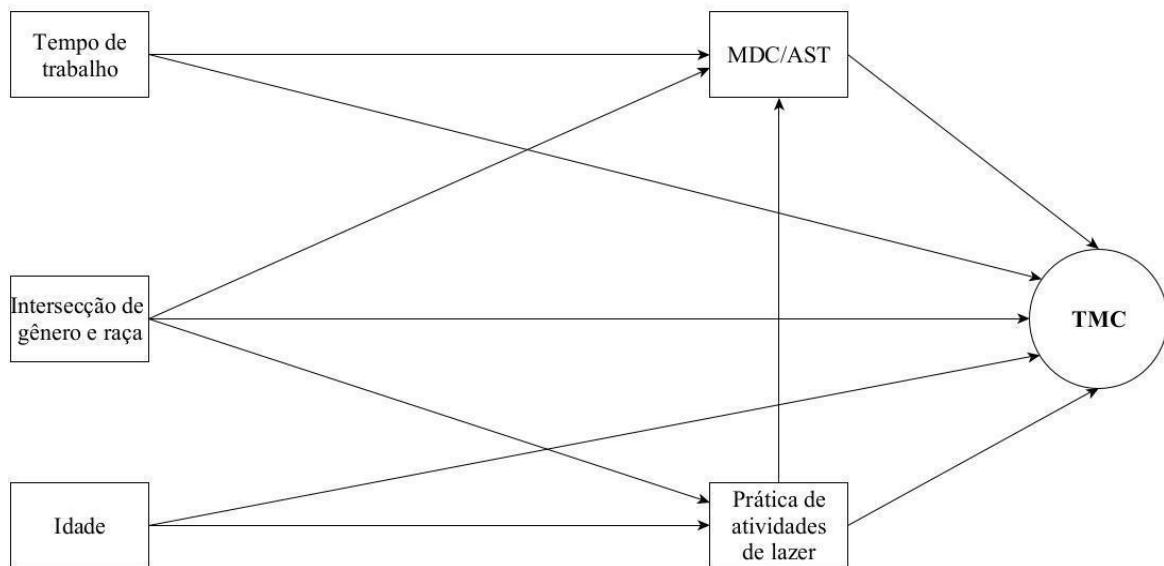
Trata-se de um estudo transversal, com amostragem por conveniência, composta por 149 docentes da pós-graduação *stricto sensu* de duas universidades públicas no interior do estado da Bahia: a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A UEFS possui 18 programas de pós-graduação *Stricto Sensu* habilitados, sendo quatro deles na modalidade mestrado profissional, e os demais na modalidade acadêmica. Atualmente cinco programas de pós-graduação da UEFS, tem conceito 5; outros cinco têm nota 4; e o restante (8) tem a nota mínima para permanecer ativo, que é 3. Já UFRB, possui 14 PPG em funcionamento no sistema CAPES, destes 6 são mestrados profissionais e 8 são acadêmicos. Em sua maioria os programas de pós-graduação (8) têm conceito CAPES, nota 4, apenas um programa tem nota 5, e os demais estão com nota 3.

Foram incluídos os docentes universitários vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu* que estavam exercendo suas atividades durante o período de coleta de dados e que tinham interesse e disponibilidade para participar do estudo. E excluídos aqueles que não estavam realizando o trabalho docente devido a afastamento para aperfeiçoamento profissional, doença, férias, licença-prêmio ou maternidade, e recusa em participar da pesquisa.

O procedimento de coleta de dados foi um *websurvey*, por meio do preenchimento de um formulário na plataforma REDCap, via e-mail institucional dos professores de ambas as universidades, nos meses de agosto a novembro de 2023. Aqueles que aceitaram participar, primeiramente, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e em seguida responderam ao um instrumento autoaplicável, composto por 5 blocos: I - Características sociodemográficas e gerais do trabalho; II - Características do trabalho docente; IV – Características da situação de saúde; e V - Hábitos de vida e qualidade do sono.

Este estudo adotou um modelo teórico conceitual elaborado com base nos determinantes causais dos TMC entre docentes universitários/as da pós-graduação *stricto sensu*. Nesse modelo, distinguem-se as relações causais entre variáveis tratadas como diretamente observadas (intersecção de gênero e raça, idade, tempo de trabalho, prática de atividades de lazer e MDC/AST) e a variável latente TMC (Figura 1).



MDC/AST: Modelo completo Demanda-Controle e Apoio Social no Trabalho; TMC: Transtornos Mentais Comuns.

Figura 1. Estrutura conceitual de determinantes de TMC em docentes da pós graduação *stricto sensu*, Bahia, Brasil. (N=149)

Com base no modelo, foram definidas as seguintes hipóteses do estudo:

- Hipótese 1: Quanto maior a vulnerabilidade da intersecção de gênero e raça, maior a prevalência de TMC;
- Hipótese 2: Quanto maior a idade, maior a prevalência de TMC;
- Hipótese 3: Quanto maior o tempo de trabalho, maior a prevalência de TMC;
- Hipótese 4: Quanto maior a exposição no MDC/AST, maior a prevalência de TMC;
- Hipótese 5: Quanto maior a vulnerabilidade da intersecção de gênero e raça, maior a exposição no MDC/AST e maior a prevalência de TMC;
- Hipótese 6: Quanto maior a vulnerabilidade da intersecção de gênero e raça, menor a ocorrência de prática de atividades de lazer e maior a prevalência de TMC;
- Hipótese 7: Quanto maior a idade, menor a ocorrência de prática de atividades de lazer e maior a prevalência de TMC;
- Hipótese 8: Quanto maior o tempo de trabalho, maior a exposição no MDC/AST e maior a prevalência de TMC;

Considerando o modelo teórico supramencionado, neste estudo a variável desfecho foram os transtornos mentais comuns, mensurado por meio do *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20), e a variável de exposição principal foram os fatores psicossociais do trabalho avaliados pelo *Job Content Questionnaire* (JCQ).

O *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20), trata-se de um instrumento desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para rastreamento e suspeição de transtornos não psicóticos. É composto por 20 questões de autorrelato com respostas dicotômicas simples (0-Não; 1-Sim) e de fácil compreensão, e apresenta boa consistência interna em diferentes grupos ocupacionais (Santos; Araújo; Oliveira, 2009; Santos; Carvalho; Araújo, 2016). O SRQ-20 avalia grupos de sintomas divididos em 4 fatores: humor depressivo-ansioso (4 itens), sintomas somáticos (6 itens), decréscimo de energia vital (6 itens), pensamentos depressivos (4 itens) (Santos et al., 2010). O escore de cada fator é calculado pela soma das respostas atribuídas a cada item, e para as análises na modelagem de equação estrutural, considerou-se o escore total de cada fator do SRQ-20, para expressar a variável latente TMC. Porém, para estimar a prevalência dos TMC, a variável desfecho foi tratada como dicotômica e diretamente observada. E para isso utilizou-se pontos de corte de ≥ 7 para mulheres e ≥ 5 para homens, de acordo com as recomendações de Santos et al., (2010).

O *Job Content Questionnaire* (JCQ) é um instrumento utilizado para medir fatores psicossociais no trabalho e tem versão validada no Brasil em docentes universitários (Araújo, Graça e Araújo, 2003; Araújo e Karasek, 2008). Ele é constituído por 49 questões, em que cada item varia em uma escala do tipo Likert de 1 (discordo fortemente) a 4 (concordo fortemente) (Araújo, Graça e Araújo, 2003). O JCQ é baseado no Modelo Demanda-Controle (MDC) de Karasek (1979) no qual as demandas psicológicas se referem às exigências psíquicas e emocionais relacionados ao trabalho; e o controle é o grau de autonomia e tomada de decisões que o indivíduo exerce no trabalho (Araújo; Graça; Araújo, 2003). Posteriormente, foi adicionado ao modelo o apoio social, que se refere ao suporte que o trabalhador recebe de colegas, supervisores ou da organização e pode atuar como moderador do impacto negativo de situações de trabalho estressantes (Karasek; Theorell, 1990).

Os indicadores de demanda e controle foram calculados pelo somatório das variáveis correspondentes, sendo dicotomizados em baixos/altos com base no 2º tercil, conforme o *Job Content Questionnaire User's Guide* (Karasek, 1985). A combinação entre níveis de controle e demanda formou quatro categorias: baixa exigência (baixa demanda/alto controle), trabalho passivo (baixa demanda/baixo controle), trabalho ativo (alta demanda/alto controle) e alta exigência (alta demanda/baixo controle). Para efeito da análise combinada, o MDC foi dicotomizado em: 0-Não exposto (baixa exigência) e 1- Exposto (trabalho passivo, trabalho ativo e alta exigência). O escore de apoio social no trabalho (AST), que varia de 6 a 24, foi

dado pela soma da pontuação atribuída aos itens e, posteriormente, foi categorizado em níveis baixos (exposição) e alto (categoria de referência) de acordo com o 2º tercil.

A combinação entre as categorias do MDC (modelo parcial) e os níveis de AST viabilizaram a constituição do MDC completo (MDC/AST), que foi a variável incluída nas análises para representar os fatores psicossociais estressores do trabalho. Segundo o modelo completo, o gradiente de exposição varia da seguinte maneira: 0- Não exposto em ambos; 1- Exposto em AST e não exposto em MDC; 2- Não exposto em AST e exposto em MDC; 3- Exposto em AST e exposto em MDC (Gomes *et al.*, 2021).

O gênero foi aferido a partir de uma pergunta com as seguintes opções de resposta: mulher cis, homem cis, não binário, mulher trans, homem trans, pessoa não binária e prefiro não informar. Contudo, no recorte de docentes dos PPG *stricto sensu*, obtiveram-se respostas apenas das categorias homem cis e mulher cis. Essa limitação não restringiu a análise de gênero a diferenças biológicas entre os sexos. A perspectiva de gênero é adotada, considerando que se trata de uma construção sociocultural que impacta as relações sociais, a inserção e posição no mercado de trabalho e os padrões de adoecimento (Heidari *et al.*, 2016).

A raça foi avaliada por meio da cor autorreferida, seguindo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com categorias de resposta branca, preta, amarela, parda ou indígena. Para fins analíticos, os docentes foram agrupados em “brancas/amarelas” e “pretas/pardas/indígenas”. Essa categorização considera a proximidade de condições socioeconômicas e histórico de desigualdades estruturais desses grupos, sobretudo no acesso a espaços como a pós-graduação *stricto sensu*, no qual pessoas negras (pretas/pardas) e indígenas são sub-representadas (GEMMA, 2023).

Na intersecção entre gênero e raça, foram construídos quatro grupos analíticos: 0- homens brancos/amarelos (grupo de referência), 1- homens negros/indígenas, 2- mulheres brancas/amarelas e 3- mulheres negras/indígenas (grupo mais exposto). Essa estrutura permite avaliar os efeitos do gradiente de menor para maior vulnerabilização no entrelaçamento de raça e gênero na saúde mental (Smolen *et al.*, 2018).

A variável idade foi investigada em anos completos de vida e, para as análises, foi categorizada em: 0- 20 a 39 anos, 1- 40 a 59 anos e 2- 60 anos ou mais. O tempo de trabalho na profissão foi avaliado pela quantidade de anos completos trabalhados como docente do ensino superior. Para as análises, a variável tempo de trabalho foi dicotomizado em: 0- Menor ou igual a 5 anos e 1- 6 anos ou mais.

Para avaliar a prática de atividades de lazer o/a participante respondeu à pergunta “Atualmente, você tem praticado alguma atividade de lazer, para distrair ou relaxar?”, tendo como opções de resposta: 0- Não e 1- Sim.

Em relação às análises dos dados, o banco foi inicialmente exportado da plataforma REDCap para uma planilha do programa *Microsoft Excel*®. Em seguida, os dados foram organizados no software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS®, versão 24.0), no qual foi conduzida a análise descritiva para caracterização da amostra. Para as variáveis qualitativas (categóricas), utilizaram-se frequências absolutas (n) e relativas (%), enquanto para as variáveis contínuas, foram empregadas medidas de tendência central e dispersão.

Posteriormente, o banco de dados foi exportado para formato compatível com o software Mplus, versão 8.4, onde foram processadas as análises de Modelagem com Equações Estruturais (*Structural Equation Modeling - SEM*). Para avaliar o modelo de mensuração da SEM, constituído pela variável latente TMC, conduziu-se Análise Fatorial Exploratória (EFA) com a finalidade de testar se a estrutura fatorial do construto latente estava de acordo com o preconizado pela validação da escala SRQ-20 (Santos; Araújo; Oliveira, 2009). Os itens foram considerados como potencialmente carregados no fator se apresentassem carga fatorial padronizada (λ) maior ou igual a 0,3 e a variância residual (δ) menor ou igual a 0,735 (Hair *et al.*, 2009; Reichenheim; Hokerberg; Moraes, 2014).

Para analisar o modelo estrutural, composto pela variável latente (TMC) e variáveis diretamente observadas (intersecção de gênero e raça, idade, tempo de trabalho, prática de atividades de lazer e MDC/AST), foram computados os coeficientes de regressão padronizados (β), com nível de significância estatística de 5%. A magnitude dos efeitos diretos, indiretos e totais foi classificada como: pequeno (em torno de 0,10), moderado (próximo à 0,30) e grande ($> 0,50$) (Kline, 2015). Foi adotado nesta análise o estimador *Weighted Least Squares Means and Variance Adjusted* (WLSMV) e, para reespecificar o modelo foram considerados os Índices de Modificação maiores ou iguais a 10 e as Mudanças Esperadas de Parâmetros maiores ou iguais a 0,25 (Brown, 2015).

O ajuste dos modelos foi avaliado por meio do *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA) menor que 0,06 (Brown, 2015), com limite inferior do intervalo de confiança de 90% inferior a 0,05 por se tratar de amostra pequena ($n < 200$) (Chen *et al.*, 2008); o *Comparative Fit Index* (CFI) e o *Tucker-Lewis Index* (TLI) maiores ou iguais a 0,95 (Kline, 2015).

Resultados

Participaram do estudo 149 docentes universitários/as de Programas de Pós-graduação (PPG) *stricto sensu*. Dentre as características sociodemográficas, houve predomínio de mulheres (62,4%), raça/cor branca (43,2%), intersecção de mulheres pardas/indígenas/pretas (31,8%), idade entre 40 e 59 anos (79,1%), com mediana de 51 anos (IIQ: 46-56; Mín.:31 e Máx.: 69), e viver com companheiro(a) (65,3%). Quanto às características ocupacionais, a maioria possuía 6 anos ou mais de trabalho (88,6%), com mediana de 15 anos (IIQ: 11-25; Mín.:<1 e Máx.: 42); observou-se que 76,8% dos docentes apresentavam alta demanda psicológica, 31,9% baixo controle sobre o trabalho e 68,1% baixo apoio social. No geral, 86,4% enfrentam trabalho estressante, sendo 55,5% em trabalho ativo, 21,9% em alta exigência e 9,5% em trabalho passivo. Verificou-se ainda que 57,5% estavam expostos concomitantemente em AST e MDC. Em relação a hábitos de vida, identificou-se que 29,8% dos/as docentes não praticavam atividades de lazer para se distrair ou relaxar (Tabela 1).

A prevalência global de TMC foi de 40,3%, com maior pontuação média para sintomas de decréscimo de energia vital ($\mu:1,90$; DP:1,93), seguido de sintomas somáticos ($\mu:1,81$; DP:1,67) (Tabela 1).

Tabela 1. Características sociodemográficas, ocupacionais, hábitos de vida e saúde mental da amostra. Bahia, Brasil, 2023. (N=149)

Variáveis	n	%
Características sociodemográficas		
Gênero (N=149)		
Homem	56	37,6
Mulher	93	62,4
Raça/cor (N=148)		
Branca	64	43,2
Amarela	01	0,7
Parda	59	39,9
Indígena	01	0,7
Preta	23	15,5
Intersecção de gênero e raça (N=148)		
Homens brancos/amarelos	20	13,5
Homens pardos/indígenas/pretos	36	24,3
Mulheres brancas/amarelas	45	30,4
Mulheres pardas/indígenas/pretas	47	31,8
Idade (N=148)		
20 a 39 anos	11	7,4
40 a 59 anos	117	79,1
60 anos ou mais	20	13,5
Situação conjugal (N=147)		
Com companheiro(a)	96	65,3
Sem companheiro(a)	51	34,7
Características ocupacionais		

Tempo de trabalho (N=149)			
≤ 5 anos	17	11,4	
6 anos ou mais	132	88,6	
Controle sobre o trabalho (N=141)			
Baixo	45	31,9	
Alto	96	68,1	
Demandas psicológicas (N=142)			
Baixa	33	23,2	
Alta	109	76,8	
Modelo demanda-controle (N=137)			
Referência:			
Baixa exigência	18	13,1	
Exposição:			
Trabalho passivo	13	9,5	
Trabalho ativo	76	55,5	
Alta exigência	30	21,9	
Apoio social no trabalho (N=144)			
Referência:			
Alto	46	31,9	
Exposição:			
Baixo	98	68,1	
Modelo completo MDC/AST (N=134)			
Não exposto em ambos	6	4,5	
Exposto em Apoio e não exposto em MDC	12	9,0	
Não exposto em Apoio e exposto em MDC	39	29,1	
Exposto em Apoio e exposto em MDC	77	57,5	
Hábito de vida			
Prática de atividades de lazer (N=141)			
Não	42	29,8	
Sim	99	70,2	
Características de saúde mental			
Transtornos Mentais Comuns			
Não	89	59,7	
Sim	60	40,3	
Sintomas dos TMC	Média	DP	
Humor depressivo-ansioso	1,46	1,28	
Sintomas somáticos	1,81	1,67	
Decréscimo de energia vital	1,90	1,93	
Pensamentos depressivos	0,37	0,76	

Notas: MDC/AST: Modelo completo Demanda-Controle/Apoio Social no Trabalho; TMC: Transtornos Mentais Comuns; DP: Desvio-padrão.

Fonte: autoria própria.

Os indicadores da variável latente TMC foram os quatro grupos de sintomas que integram o SRQ-20, representados pelos escores totais dessas dimensões. A análise fatorial exploratória desses indicadores evidenciou solução unidimensional, por meio de apenas um autovalor maior que 1. Os indicadores de ajuste do modelo foram considerados adequados, às

cargas fatoriais fortes ($\lambda > 0,6$) e significantes para todos os itens, os quais apresentaram baixa variância residual ($\delta < 0,61$). O item com maior carga fatorial foi “Decréscimo de energia vital” ($\lambda=0,886$) e com menor carga fatorial foi “Pensamentos depressivos” ($\lambda=0,625$) (Tabela 2).

Tabela 2. Autovalores, indicadores de ajuste e cargas fatorais do modelo de mensuração da variável latente Transtornos Mentais Comuns entre docentes de PPG *stricto sensu*. Bahia, Brasil, 2023. (N=149)

Análise Fatorial Exploratória	Estimativa	1 FATOR	2 FATORES	3 FATORES
Autovalores		2,711	0,595	0,408
Indicadores				
Qui-quadrado normalizado (χ^2/df)		1,27		
RMSEA (IC90%)		0,042 (0,000-0,174)		
CFI		0,998		
TLI		0,993		
Itens		λ	p-valor	δ
HDA		0,746	<0,05	0,443
SS		0,764	<0,05	0,416
DEV		0,886	<0,05	0,214
PD		0,625	<0,05	0,609

RMSEA: Root Mean Square Error of Approximation; **IC90%:** Intervalo de Confiança de 90%; **TLI:** Tucker-Lewis Index; **CFI:** Comparative Fit Index; **λ :** Carga fatorial; **δ :** Variância Residual; **HDA:** Humor depressivo-ansioso; **SS:** Sintomas somáticos; **DEV:** Decréscimo de energia vital; **PD:** Pensamentos depressivos.

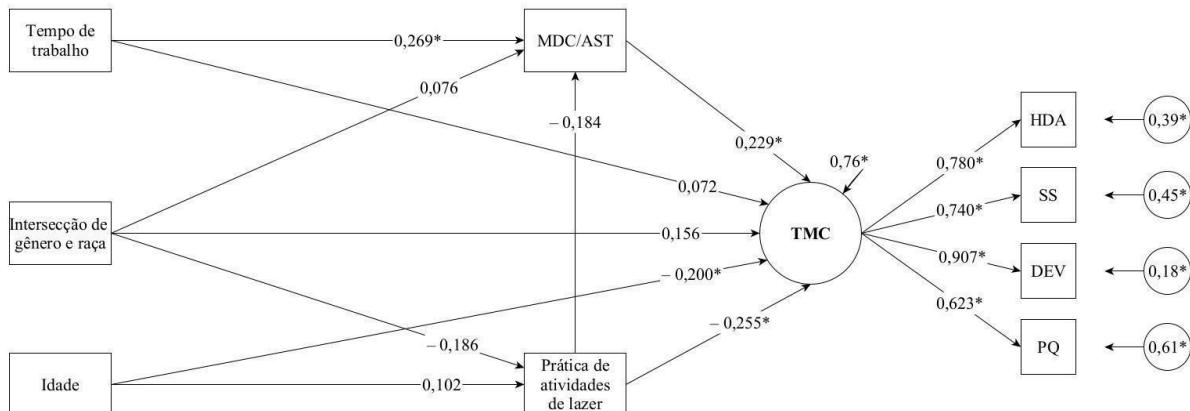
Fonte: autoria própria.

O modelo apresenta como variáveis explanatórias: intersecção de gênero e raça, idade, tempo de trabalho, prática de atividades de lazer e modelo completo MDC/AST (Figura 2). A variável resposta foi a ocorrência de TMC. Todos os indicadores de ajuste do modelo estrutural foram satisfatórios: $\chi^2/gl=1,04$; RMSEA=0,016, com IC90%=0,000-0,075; CFI=0,994; TLI=0,990 (dados não apresentados em tabelas).

Apresentaram efeito direto estatisticamente significante para TMC: idade ($\lambda=-0,200$; p-valor=0,040), prática de atividades de lazer ($\lambda=-0,255$; p-valor=0,020) e MDC/AST ($\lambda=0,229$; p-valor=0,031). Identificou-se entre os/as docentes universitários/as da pós-graduação *stricto sensu* que, a menor idade, não praticar atividades de lazer e maior o nível de estresse no MDC/AST, estiveram associados significativamente ao aumento nos sintomas de TMC. O fator com maior efeito sobre os sintomas dos TMC entre os/as docentes foi não praticar atividades de lazer (Figura 2).

A avaliação dos caminhos indiretos específicos com significância estatística evidenciou que docentes com maior tempo de trabalho apresentaram maior nível de estresse no MDC/AST

e, consequentemente, maior o aumento dos sintomas TMC, com efeito moderado do tempo de trabalho no estresse ($\lambda=0,269$; p -valor=0,038) (Figura 2).



MDC/AST: Modelo completo Demand-Controle/Apoio Social no Trabalho; HDA: Humor depressivo-ansioso; SS: Sintomas somáticos; DEV: Decréscimo de energia vital; PD: Pensamentos depressivos.

*Significância estatística de 5%

Figura 2. Modelo de equações estruturais com efeitos diretos e indiretos específicos de determinantes dos TMC entre docentes entre docentes de PPG *stricto sensu*. Bahia, Brasil, 2023. (N=149)

Os maiores efeitos totais das variáveis explanatórias sobre TMC foram advindos da não prática de atividades de lazer ($\lambda=-0,297$; p -valor=0,005), menor idade ($\lambda=-0,230$; p -valor=0,020) e maior vulnerabilização na intersecção de gênero e raça ($\lambda=0,229$; p -valor=0,007), com efeitos de tamanho moderado e estatisticamente significantes. Não houve caminhos indiretos específicos com efeito total com significância estatística (Tabela 3).

Tabela 3. Efeitos totais e indiretos padronizados estatisticamente significantes do modelo de análise de caminhos de determinantes dos TMC entre docentes entre docentes de PPG *stricto sensu*. Bahia, Brasil, 2023. (N=149)

Caminhos	Coeficiente padronizado	p-valor
Efeitos totais		
TEMPO → TMC	0,133	0,168
IDADE → TMC	-0,230	0,020*
INTER → TMC	0,229	0,007*
LAZER → TMC	-0,297	0,005*

MDC/AST → TMC	0,229	0,031*
Efeitos indiretos específicos		
TEMPO		
TEMPO → MDC/AST → TMC	0,061	0,153
IDADE		
IDADE → LAZER → TMC	-0,026	0,397
TEMPO → LAZER → MDC/AST → TMC	-0,004	0,447
INTER		
INTER → LAZER → TMC	0,047	0,169
INTER → MDC/AST → TMC	0,017	0,511
INTER → LAZER → MDC/AST → TMC	0,008	0,282
LAZER		
LAZER → MDC/AST → TMC	-0,042	0,176

Notas: TMC: Transtornos Mentais Comuns; INTER: Intersecção de gênero e raça/cor da pele; TEMPO: Tempo de trabalho; LAZER: Prática de atividades de lazer; MDC/AST: Modelo completo Demanda-Controle/Apoio Social no Trabalho. *Significância estatística de 5%.

Fonte: autoria própria.

Discussão

Os resultados revelaram elevada prevalência de TMC entre docentes da pós-graduação *stricto sensu*, com efeitos diretos do estresse ocupacional (MDC/AST), menor idade e não praticar atividades de lazer. O estresse ocupacional atuou como mediador da relação entre o tempo de trabalho e TMC, identificando-se que quanto maior o tempo de trabalho, maior o nível de estresse e maior a probabilidade do desfecho. Apesar de não ter apresentado efeito direto estatisticamente significante sobre TMC, houve efeito total com significância proveniente da intersecção de gênero e raça, evidenciando que quanto maior o gradiente de vulnerabilização maior é a positivação dos sintomas de TMC.

No que tange à acentuada prevalência de TMC entre os docentes da pós-graduação *stricto sensu* deste estudo, esta mostrou-se superior a encontrada em outras pesquisas com docentes universitários em geral. Estudos realizados na região Nordeste do Brasil identificaram prevalências menores, como a de prevalência de 29,9% entre docentes de uma universidade pública no interior da Bahia (Campos, Véras e Araújo 2020); e 29,0% entre professores universitários no interior do Ceará (Vieira *et al.*, 2023).

Neste estudo, identificou-se que os fatores psicossociais estressores contribuíram para o aumento dos sintomas de TMC, esse achado corrobora a literatura existente, que reconhece amplamente os efeitos dos fatores psicossociais do trabalho na ocorrência de transtornos mentais em diferentes grupos ocupacionais (Araújo; Graça; Araújo, 2003; Farias; Araújo, 2011; Harvey et al., 2017; Mattos; Araújo; Almeida, 2017). Na meta-revisão de Harvey *et al.* (2017) constatou-se que trabalhadores submetidos a alta tensão no trabalho — caracterizada por altas demandas, baixo controle e baixo apoio social — apresentam piores quadros de saúde mental.

Embora documentadas em diferentes populações (Araújo e Carvalho, 2009; Mattos; Araújo; Almeida, 2017) as pesquisas que exploram tais questões entre professores e pesquisadores são limitadas. Estudos realizados há mais de uma década com docentes de outros níveis de ensino já indicavam uma possível associação entre os aspectos psicossociais estressores e os distúrbios psíquicos, com destaque para uma significativa prevalência (77,8%) em situações de trabalho de alta exigência (baixo controle e alta demanda) (Reis *et al.*, 2005). De modo similar, professores, do ensino infantil e fundamental, com trabalho de alta exigência apresentaram uma prevalência de transtornos mentais 1,5 vez maior em comparação àqueles de baixa exigência (Porto *et al.*, 2006).

Quanto aos docentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na era da "economia baseada no conhecimento", eles constituem uma força de trabalho importante para a produção de inovação científica e tecnológica (Lei *et al.*, 2021); assim, são incumbidos de diversas responsabilidades que vão além do ensino, como elaborar e gerenciar projetos de pesquisa e extensão, assumir funções administrativas, orientar mestrandos e doutorandos, produzir e publicar artigos e buscar recursos externos (Reis, March, 2021). Essas atividades podem ser conflitantes, tornando o ambiente acadêmico uma fonte de estresse com potenciais efeitos deletérios à saúde mental (Lei *et al.*, 2021; Hammoudi Halat, *et al.*, 2023).

Adicionalmente, a pressão por publicações científicas tem sido associada ao aumento do estresse ocupacional (Teixeira, Marquezze e Moreno, 2020) e à exaustão emocional (Barreto *et al.*, 2023). Essa pressão reflete a mercantilização da educação superior, na qual os artigos científicos, produtos do trabalho do professor-pesquisador, são demandados pelo capitalismo acadêmico em uma cultura hipercompetitiva. Assim, a docência na pós-graduação se configura como trabalho de alta exigência e pouco apoio social, o que favorece o sofrimento psicológico e o adoecimento mental (Hammoudi Halat, *et al.*, 2023).

Outro aspecto relevante é que o estresse ocupacional atuou como mediador entre o tempo de trabalho e os TMC, ou seja, quanto maior o tempo de docência maior a percepção das situações estressoras de estresse e maior a ocorrência do desfecho. Estudo na China também

relata que quanto mais anos de experiência em docência, maior o nível de estresse ocupacional entre professores universitários (Meng; Wang, 2018). No contexto desta investigação, essa relação pode ser interpretada considerando que, com o aumento dos anos de docência, os professores universitários se desgastam em decorrência do acúmulo de múltiplas funções acadêmicas, da necessidade de se manterem produtivos e competitivos na pesquisa científica, bem como da exigência contínua de aprimoramento e adaptação às novas tecnologias da informação (Meng; Wang, 2018; Hammoudi Halat *et al.*, 2023). Esse cenário tende a intensificar fatores psicossociais estressores e contribuir para o aumento da prevalência de TMC.

Por outro lado, a relação entre idade e TMC revelou que os docentes mais jovens apresentam maior positivação nos sintomas de TMC. A literatura sobre o tema, entretanto, é controversa: alguns estudos com a população geral sugerem que idades mais jovens podem ser consideradas um fator preditivo para problemas de saúde mental (Mundt *et al.*, 2014; Grapiglia *et al.*, 2020), enquanto outros indicam que essa condição pode ser mais prevalente em indivíduos com idade mais avançada (Silva, Loureiro e Cardoso, 2016; Sinha *et al.*, 2021).

Dados de uma pesquisa com professores do ensino fundamental apontaram que a prevalência de TMC foi maior entre os mais jovens (Carlotto e Câmara, 2015). No caso dos docentes da pós graduação, esse resultado pode ser explicado pela pouca estabilidade emocional e financeira que sofrem os jovens professores e pesquisadores, principalmente por conta das pressões acadêmicas impostas pela necessidade de assumir inúmeras demandas para se consolidar neste ambiente e desenvolver um currículo competitivo para pleitear recursos para as pesquisas, e assim conseguir obter-se prestígio e reconhecimento profissional (Reis e March, 2021).

Também foi identificado que a maior vulnerabilidade na interseção de gênero e raça teve efeito sobre ocorrência de TMC dos professores-pesquisadores. Em pesquisas com outros contextos laborais, nota-se que os transtornos de saúde mental acometeram mais as mulheres negras, seguidas por mulheres não negras, sendo os homens não negros os menos afetados (Campos *et al.*, 2020). Em consonância, Sousa, Araújo e Maturino (2024) identificaram que a prevalência de TMC foi três vezes maior entre mulheres negras em situação de estresse ocupacional (desequilíbrio entre esforço e recompensa), quando comparadas a homens brancos em situação de equilíbrio.

Há escassez de levantamentos específicos que abordem essa interseção entre docentes. No que diz respeito ao gênero, docentes mulheres, independentemente do nível de ensino, apresentam maior prevalência de adoecimento psíquico (Araújo e Carvalho, 2009; Pinho *et al.*,

2023). A desigualdade na divisão sexual do trabalho, que lhes impõe múltiplas jornadas, é apontada como um fator explicativo, assim como a dificuldade das professoras/pesquisadoras em alcançar postos de prestígio (Ferreira, Teixeira e Ferreira, 2022; Silva, 2024).

O ápice da carreira na ciência ainda é masculino, reflexo do “efeito tesoura”, que reduz gradativamente a presença de mulheres à medida que a carreira progride, mesmo em áreas tradicionalmente femininas, como educação e saúde. Além disso, a sobrecarga do trabalho reprodutivo e os salários inferiores aos de seus colegas impactam negativamente o acesso a melhores oportunidades de trabalho (Ferreira, Teixeira e Ferreira, 2022; Silva, 2024).

Ao refletir sobre entrelaçamento das desigualdades de gênero e raça na produção de modos distintos de adoecimento mental, é pertinente destacar que o espaço da pós-graduação *stricto sensu*, por vezes, considerado a “elite da academia”, configura-se como um ambiente excludente, projetado para manter estruturas de poder que privilegia homens brancos (Ferreira, Teixeira e Ferreira, 2022). Em contraste, professoras e pesquisadoras negras enfrentam diversas barreiras históricas e estruturais para acessar esse espaço, como processos seletivos pouco inclusivos, além do racismo e sexismo institucionais, que atravessam as vivências e subjetividades das mulheres negras quando ingressam no ambiente acadêmico (Hooks, 2020; Ferreira, Teixeira e Ferreira, 2022; Sousa *et al.*, 2021).

Pesquisadoras negras como Bell Hooks, Sueli Carneiro, Grada Kilomba ressaltam que a presença de mulheres negras nesses espaços é, por si só, um ato de transgressão e resistência às normas impostas pela sociedade, uma vez que a ausência das mulheres em instâncias de poder é o padrão dominante (Carneiro, 2009; Kilomba, 2019; Hooks, 2020). No entanto, essa presença é permeada por um alto custo emocional e psíquico, decorrentes tanto da necessidade constante de provar sua legitimidade em um ambiente que as marginaliza e desqualifica sua intelectualidade; quanto do isolamento, silenciamento e sentimento de não pertencimento gerados pela ausência de redes de apoio dentro da “maquinaria branca” acadêmica (Kilomba, 2019; Hooks, 2020). Esses apontamentos ajudam a compreender os resultados deste estudo, em que a maior vulnerabilidade na interseção de gênero e raça afetou negativamente a saúde mental, mesmo que seus caminhos diretos e indiretos ainda precisem ser desvelados.

Ademais, não praticar atividades de lazer voltadas ao descanso e relaxamento contribuiu de modo significativo para uma maior ocorrência de TMC na categoria estudada. É pertinente elucidar que o lazer é uma atividade voluntária, não laboral, realizada no tempo livre, com finalidade de promover prazer e bem-estar (Fancourt *et al.*, 2021). Denovan e Macaskill (2017), e Takiguchi *et al.*, (2023) sugerem que o efeito do lazer na promoção da saúde mental está

provavelmente atrelado à resiliência, pois as emoções positivas provocadas pelo lazer aumentam os recursos mentais necessários para lidar com o estresse.

Estudos anteriores evidenciam essa relação (Rocha; Barbosa; Araújo, 2018; Rocha *et al.*, 2024). Em uma investigação com profissionais médicos, a participação em atividades de lazer, especialmente aquelas com conteúdo culturais e sociais, foi associada a uma menor prevalência de TMC, revelando que o envolvimento em atividades culturais apresenta uma relação moderada com a saúde mental positiva (Rocha *et al.*, 2024).

Vieira *e* colaboradores (2020) identificaram que docentes da pós-graduação *stricto sensu*, tem dificuldade em se desligar das atividades laborais durante o tempo livre, que poderia ser, por exemplo, destinado ao lazer. O período noturno, teoricamente reservado para descanso, é frequentemente utilizado para leituras relacionadas à área de pesquisa, preenchimento e envio de documentos formais do departamento, respostas a e-mails e preparação de atividades para o dia seguinte (Vieira *et al.*, 2020).

Essa rotina intensa de produtividade acadêmica faz com que a carga de trabalho ocupe o tempo livre, levando os docentes a negligenciar as atividades recreativas (Queiróz; Emiliano 2020; Vieira *et al.*, 2020). Nesse sentido, a ausência de práticas de lazer reduz os recursos mentais de resiliência dos docentes para lidarem com as demandas estressantes da rotina acadêmica, afetando negativamente sua saúde psíquica (Vieira *et al.*, 2020).

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas ao interpretar e generalizar os resultados. Por se tratar de um estudo transversal, há limitações inerentes a esse delineamento, como a dificuldade em estabelecer relações causais, o risco de causalidade reversa e o efeito do trabalhador sadio. É possível de viés de seleção, incluindo a autosseleção dos docentes, já que aqueles que participam tendem a ser os que possuem maior preocupação com a saúde mental. Além disso, as variáveis utilizadas foram autorreferidas, o que pode introduzir o viés de memória. O tipo de amostra, por conveniência, aliado ao fato de a pesquisa ter sido realizada em apenas duas universidades, também limita a generalização e a extração dos achados.

Cabe mencionar que algumas variáveis que caracterizam as especificidades do trabalho na pós-graduação *stricto sensu* não foram avaliadas. A ausência de estudos prévios com foco em docentes desse segmento também dificultou a comparação dos resultados obtidos. Apesar dessas limitações, o estudo tem caráter inédito e utiliza abordagem metodológica que permite avançar nas relações entre as características sociais e ocupacionais com a saúde mental. Assim, este trabalho oferece contribuições iniciais e relevantes para a compreensão do trabalho e saúde

mental no contexto do ensino superior público. Esses achados incentivam o desenvolvimento de novos estudos, com amostragens representativas, que aprofundem a análise dessas questões.

Conclusão

Os dados deste estudo evidenciam a complexidade dos fatores que influenciam a saúde mental dos docentes da pós-graduação *stricto sensu*, além da elevada taxa de adoecimento desses/as trabalhadores/as. Nesse contexto, não há soluções simples para transformar essa realidade. No âmbito macro, é necessário propor mudanças nos paradigmas de avaliação da pesquisa, da pós-graduação e do ambiente universitário, além de implementar políticas públicas que reduzam o estresse e promovam a saúde. Isso demanda tempo, resistência e, acima de tudo, resiliência.

Embora mudanças estruturais imediatas sejam desafiadoras, é possível indicar alguns caminhos. Destaca-se a importância de incentivar a busca por intervenções terapêuticas baseadas em evidências, como técnicas cognitivo-comportamentais, práticas de relaxamento e participação em atividades de lazer. Nesse sentido, é fundamental que as instituições de ensino superior assumam a responsabilidade de tornar o ambiente de trabalho menos estressante, oferecendo espaços e tempo para descanso e lazer, estruturando redes de apoio e escuta acolhedora, além de estimular o movimento e engajamento coletivo.

Para pesquisas futuras, é válido realizar investigações com uma amostra de docentes de programas de pós-graduação *stricto sensu* mais ampla que represente a realidade do Brasil, e estudos que proponham políticas públicas que possam mudar essa realidade de trabalho e saúde. Essas iniciativas poderão contribuir tanto para os professores-pesquisadores quanto para desenvolvimento da educação de nível superior e qualidade da produção de conhecimento.

Referências

ARAÚJO, T. M. de; GRAÇA, C. C.; ARAÚJO, E. Estresse ocupacional e saúde: contribuições do Modelo Demanda-Controle. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 4, p. 991–1003, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZCTKTb7FhvskJSvWSHZGwNB/?lang=pt> Acesso em: 20 jan. 2025.

ARAÚJO, T.M. de; CARVALHO, F.M. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: e Estudos Epidemiológicos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.30, n.107, p. 427 - 449, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mrKGFMbPCFybPb4rGHZGLZk/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BARRETO, M. F. C. et al. Associated factors of professional burnout among faculty members of graduate stricto sensu programs in language teaching and linguistics: a cross-sectional study. *Sao Paulo Medical Journal*, v. 141, n. 3, 2023. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10065100/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BORGES, L. de O. et al. Working Conditions and Mental Health in a Brazilian University. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 2, 1 jan. 2023. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9859588/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BROWN, T. A. **Confirmatory factor analysis for applied research**. 2. ed. New York: Methodology in the Social Sciences, 2015.

CAMPOS, F. M. et al. Estresse ocupacional e saúde mental no trabalho em saúde: desigualdades de gênero e raça. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, p. 579–589, dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/DWdMHvv3Ty8556HXRmcbTDC/>. Acesso em: 23 jan. 2025 .

CAMPOS, T. C.; VÉRAS, R. M.; ARAÚJO, T. M. de. Transtornos mentais comuns em docentes do ensino superior: evidências de aspectos sociodemográficos e do trabalho. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 3, p. 745–768, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/SVyyKwCpTcmR4CDskV3hSPN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2024.

CARDOSO, J. P. et al. Aspectos psicossociais do trabalho e dor musculoesquelética em professores. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 8, p. 1498–1506, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/RxwHyQ6JKRfmLKxFXwfsXdH/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CARLOTTO, M. S.; CÂMARA, S. G. Prevalence and risk factors of common mental disorders among teachers. **Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones**, v. 31, n. 3, 2015. Disponível em: <https://scielo.isciii.es/pdf/rpto/v31n3/original8.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2025 .

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres, negras e poder: um ensaio sobre a ausência**. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, p. 50-55, 2009. Disponível em: https://www.mpb.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/relatorios_dados_pesquisas_estatisticas/revista_do_observatorio_brasil_da_igualdade_de_genero.pdf. Acesso em: 26 jan. 2025.

CARVAJAL, R. F. P.; GUEDEA, M. T. D. Stress in university research professors: A systematic review. **Salud Mental**, v. 44, p. 249-256, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/sm/v44n5/0185-3325-sm-44-05-00249.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CHEN, F. et al. An empirical evaluation of the use of fixed cutoff points in RMSEA test statistic in structural equation models. **Sociological Methods & Research**, v. 36, n. 4, p. 462-

494, jan. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0049124108314720>. Acesso em: 16 jan. 2025.

DENOAN, A.; MACASKILL, A. Stress, resilience and leisure coping among university students: applying the broaden-and-build theory. **Leisure Studies**, v. 36, n. 6, 2017. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/02614367.2016.1240220?casa_token=HTm8mTUOlw0AAAAA:BKiRcMGrUIVkJyA6SsmIVHuz21K_4-ID1_JvVJN-O-AgqQeMVAewDN-J6RgVgZAjaUeYKWTwafMquw. Acesso em: 16 jan. 2025.

FANCOURT, D. et al. How leisure activities affect health: a narrative review and multi-level theoretical framework of mechanisms of action. **The Lancet Psychiatry**, 2021. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7613155/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

FARIAS, M. D.; ARAÚJO, T. M. DE. Transtornos mentais comuns entre trabalhadores da zona urbana de Feira de Santana-BA. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 36, n. 123, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbs0/a/7w9MRQTKwfCvGCtc89xbXwg/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FERREIRA, E. M.; TEIXEIRA, K. M. D.; FERREIRA, M. A. M. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/LvwKpGwBpzFTfZkS3MygsL/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GOLDBERG, D, HUXLEY, P. Common mental disorders: a bio-social model. London; New York: Tavistock; Routledge, 1992. 194p.

GOLDBERG, D. A bio-social model for common mental disorders. **Acta Psychiatrica Scandinavica**, v. 90, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1600-0447.1994.tb05916.x> Acesso em: 10 dez. 2024.

GOMES, M. R. et al. Estressores ocupacionais e acidentes de trabalho entre trabalhadores da saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 98, 17 dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055002938>. Acesso em: 30 jan. 2025.

GRAPIGLIA, C. Z. et al. Fatores associados aos transtornos mentais comuns: estudo baseado em clusters de mulheres. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/NhsVDpQmvbcLRKJhCTH4mhJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GUIMARÃES, A. R.; BRITO, C. DE S.; DOS SANTOS, J. A. B. Expansão e financiamento da pós-graduação e desigualdade regional no brasil (2002-2018). **Práxis Educacional**, v. 16, n. 41, p. 47–71, 7 set. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7244/5077>. Acesso em: 24 jun. 2024.

HAMMOUDI HALAT, D. et al. Understanding and Fostering Mental Health and Well-Being among University Faculty: A Narrative Review. **Journal of Clinical Medicine Multidisciplinary Digital Publishing Institute (MDPI)**, 1 jul. 2023. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10342374/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

HARVEY, S. B. et al. Can work make you mentally ill? A systematic meta-review of work-related risk factors for common mental health problems. **Occupational and Environmental**

Medicine BMJ Publishing Group, 1 abr. 2017. Disponível em: <https://oem.bmjjournals.com/content/74/4/301.long> Acesso em: 24 jun. 2024.

HAIR JR., J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Tradução de Adonai Schlup Sant'Anna. Porto Alegre: Bookman, 2009. ISBN 978-85-7780-534-1.

HEIDARI, S. et al. Sex and Gender Equity in Research: rationale for the SAGER guidelines and recommended use. **Research Integrity and Peer Review**, v. 1, n. 1, 3 maio 2016. Disponível em: <https://researchintegrityjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s41073-016-0007-6>. Acesso em: 30 jan. 2025.

HOOKS, B. Negra, mulher e acadêmica. In: _____. **Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática**. Trad. Bhuvi Libanio. São Paulo: Editora Elefante, 2020. p. 150 -160.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANISATION. **Psychosocial factors at work: recognition and control**. Geneva: International Labour Office, 1986. Disponível em: http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1986/86B09_301_engl.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

KARASEK R.A. Job Content Questionnaire and User's Guide. University of Massachusetts, 1985.

KARASEK, R. A. Job Demand, Job Decision Latitude, and Mental Strain: Implications for Job Redesign. **Administrative Science Quarterly**, 24, 285-308, 1979.

KARASEK, R. A.; THEÖRELL, T. Healthy work: stress, productivity, and the reconstruction of working life. Ed. Basic Books, Nova York, 1990.

KILOMBA, G. Quem pode falar? In: _____. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 47-69.

KLINE, R. B. **Principles and practice of structural equation modeling**. New York: The Guilford Press, 2015.

LEI, W. et al. The boundary conditions under which teaching–research conflict leads to university teachers' job burnout. **Studies in Higher Education**, v. 46, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03075079.2020.1811218#abstract>. Acesso em: 16 jan. 2025.

LEITE, J. L. Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 2, p. 207–215, ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/rTNwzBPvRFcBNchvNg6yczB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

LUSA, M. G. et al. A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/BLdLLDvkvxHRGWNpkMJPbc/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MATTOS, A. I. S.; ARAÚJO, T. M. DE; ALMEIDA, M. M. G. DE. Interaction between demand-control and social support in the occurrence of common mental disorders. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, n. 0, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/Dq6FXC9cNbPf4mmF964pR4t/?lang=en>. Acesso em: 16 jan. 2025.

MENG, Q.; WANG, G. A Research on sources of university faculty occupational stress: A Chinese case study. **Psychology Research and Behavior Management**, v. 11, 2018. Disponível

em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.2147/PRBM.S187295#d1e106> . Acesso em: 06 fev. 2025.

MISRA, J. et al. Gendered and Racialized Perceptions of Faculty Workloads. *Gender & Society*, v. 35, n. 3, p. 358-394, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/08912432211001387> . Acesso em: 30 jan. 2025.

MORAIS, A. C. P. L. **Adição ao trabalho e estresse ocupacional em professores de pós-graduação stricto sensu de uma instituição de ensino superior da cidade de Campo Grande, MS, Brasil.** 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Psicologia, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1023271-final.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MUNDT, A. et al. Social characteristics of psychological distress in disadvantaged areas of Berlin. *International Journal of Social Psychiatry*, v. 60, n. 1, 2014. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0020764012464017?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori:rid:crossref.org&rfr_dat=cr_pub%20%20pubmed. Acesso em: 16 jan. 2025.

OLIVEIRA, A. DA S. D.; PEREIRA, M. DE S.; DE LIMA, L. M. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/V3Twyq9cC536hK6PyGqhQBQ/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PINHO, P. S. et al. Estresse ocupacional, saúde mental e gênero entre docentes do ensino superior: revisão integrativa. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 4, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/CKmKMLkbNfrWvmrvbCD6Fv/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

PORTO, L. A. et al. Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 5, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/LT9Sx5kLxWCKZ87yJcjrN5z/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

QUEIRÓZ, M. DE F. F.; EMILIANO, L. L. Ser docente no Século XXI: o trabalho em uma universidade pública brasileira. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/MF9d3zhLxGRVqD4zYh3pksp/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

REICHENHEIM, M. E.; HÖKERBERG, Y. H. M.; MORAES, C. L. Assessing construct structural validity of epidemiological measurement tools: a seven-step roadmap. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 5, p. 927-939, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00143613>. Acesso em: 16 jan. 2025.

REIS, E.J.F.B. et al. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1480-1490, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/7PMLCfPCGB77SwTVkFfKd9F/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

REIS, T. D.; MARCH, C. Trabalho docente, saúde e gênero: implicações da conjuntura político-econômica na educação superior. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 2, p. 310–320, ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/BwGzGTbHHjwQFDRBKSmFdfv/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ROCHA, S. V. et al. Atividades de lazer e transtornos mentais comuns entre médicos de municípios baianos. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 49, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsa/a/Rrkbn7cfGz3DWd8WX8xmrFB/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

ROCHA, S. V.; BARBOSA, A. R.; DE ARAÚJO, T. M. Simultaneity of leisure behaviors and common mental disorders among healthcare workers. **Archives of Environmental and Occupational Health**, v. 73, n. 6, p. 360–366, 2 nov. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/19338244.2017.1393382?needAccess=true>. Acesso em: 16 jan. 2025.

RUZA, F. M; SILVA, E. P. As Transformações Produtivas na Pós-graduação: o prazer no trabalho docente está suspenso? **Revista Subjetividades**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 91-103, 29 abr. 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000100008&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt. Acesso em: 20 ago. 2023.

SANTOS, K. O. B.; ARAÚJO, T. M. DE; OLIVEIRA, N. F. DE. Estrutura fatorial e consistência interna do *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20) em população urbana. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 1, p. 214–222, jan. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/t3wtqWdVhH5ty7kfbwwNQ6s/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SANTOS, K. O. B. et al. Avaliação de um instrumento de mensuração de morbidade psíquica: estudo de validação do self-reporting questionnaire (SRQ-20). **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 34, n. 3, jul./set. 2010. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/54>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SANTOS, K. O. B.; CARVALHO, F. M.; ARAÚJO, T. M. de. Internal consistency of the self-reporting questionnaire-20 in occupational groups. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, p. 1-10, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1518-8787.2016050006100>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, M.; LOUREIRO, A.; CARDOSO, G. Social determinants of mental health: a review of the evidence. **Eur. J. Psychiatr.** v. 30, n. 4, 2016. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0213-61632016000400004&lng=es&nrm=iso&tlang=en. Acesso em: 16 jan. 2025.

SILVA, V. L. M. Gender and race equity: for a more plural science. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 8, 2022. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11386528/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SINHA, P. et al. Prevalence of Common mental disorders in older adults: Results from the National Mental Health Survey of India. **Asian Journal of Psychiatry**, v. 55, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1876201820305761?via%3Dihub>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SMOLEN, J. R. et al. Intersectionality of race, gender, and common mental disorders in northeastern Brazil. **Ethnicity and Disease**, v. 28, n. 3, p. 207–214, 1 jun. 2018. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6051505/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SOUZA, A. L. N. et al. Professoras negras na pós-graduação em saúde: entre o racismo estrutural e a feminização do cuidado. **Saúde em Debate**, v. 45, n. spe1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/YzMSHRsH6Np93NV4DF7mzgF/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SOUSA, C. C.; ARAÚJO, T. M.; MATURINO, M. M. Occupational stressors and mental illness in healthcare work: An intersection between gender, race, and class. **American Journal of Industrial Medicine**, v. 67, n. 2, 2024. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ajim.23558>. Acesso em: 16 jan. 2025.

TAKIGUCHI, Y. et al. The relationship between leisure activities and mental health: The impact of resilience and COVID-19. **Applied Psychology: Health and Well-Being**, v. 15, n. 1, p. 133–151, 1 fev. 2023. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9538683/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

TEIXEIRA, T. da S. C.; MARQUEZE, E. C.; MORENO, C. R. de C. Academic productivism: when job demand exceeds working time. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 1–11, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/JK5ZNcPtfW5zy89wwWd9TFv/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

VASCONCELOS, I.; LIMA, R. D. L. DE. Trabalho e saúde-adoecimento de docentes em universidades públicas. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 2, p. 364–374, 16 ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/gPZCCBpkHMpbmMQ3bD9GPp/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

VIEIRA, M. H. P. et al. Produtivismo na pós-graduação na perspectiva da ergonomia da atividade. **Educação e Pesquisa**, v. 46, p. 1–21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/BGmCR6tLqr8ZLybLK43Zxvk/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2025.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta dissertação possibilitou analisar a relação entre trabalho e saúde mental dos professores de programas de pós-graduação *stricto sensu*, desde a construção do referencial teórico até a análise dos dados empíricos. A pesquisa respondeu à pergunta do estudo e alcançou os objetivos traçados. Tendo em vista que foi identificado que os fatores que tiveram efeito sobre os TMC foram: nível de estresse ocupacional no MDC/AST, menor idade, não praticar lazer e maior vulnerabilidade na interseção entre gênero e raça.

Observou-se que os fatores psicossociais estressores no trabalho estavam diretamente relacionados aos transtornos mentais comuns entre professores e pesquisadores. Diante disso, torna-se essencial oferecer suporte psicológico, promover estratégias eficazes de manejo do estresse laboral e fortalecer as redes de apoio.

A ausência de práticas de lazer também emergiu como um fator crítico, apresentando forte associação com o desfecho da saúde mental. Este dado pode nos indicar possibilidades de intervenção, como a proposição de espaços de cuidado, lazer e descanso dentro da própria instituição.

Além disso, as desigualdades raciais e de gênero, mostraram-se determinantes, evidenciado por uma maior prevalência de TMC entre mulheres negras/indígenas. Esse achado nos convida a olhar com mais sensibilidade para essas docentes e questionar criticamente o ambiente universitário que está sendo construído, para quem está sendo construído e o que precisa ser reconstruído.

O projeto desta dissertação, também subsidiou a submissão de uma proposta ao Edital 001/2024 do Programa Interno de Auxílio ao Financiamento da Pesquisa da UEFS, visando obter recursos para ampliar seus desdobramentos. Com esse financiamento, espera-se produzir novos artigos e promover ações interventivas, como seminários e rodas de conversa com docentes, coordenações dos PPG e sindicatos, para fortalecer o debate sobre saúde mental no meio acadêmico e repensar as políticas institucionais de pesquisa e pós-graduação no Brasil.

Entre os desafios enfrentados na condução desta pesquisa, destaca-se a baixa taxa de resposta ao questionário enviado por e-mail, o que exigiu sensibilizações presenciais para aumentar a adesão. Uma das dificuldades relatadas pelos participantes foi o tempo necessário para o preenchimento do instrumento, sinalizando a necessidade de questionários mais concisos em futuras pesquisas no formato *websurvey*, a fim de garantir maior participação e confiabilidade nas respostas.

Por fim, tendo em vista que este estudo é um recorte de uma investigação mais ampla sobre docentes universitários de modo geral, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a análise do trabalho na pós-graduação, incluindo aspectos como produtivismo acadêmico, competitividade e busca por financiamento. Além disso, um delineamento longitudinal poderia contribuir para compreender a evolução das condições de trabalho e seus impactos na saúde mental dos pesquisadores ao longo da carreira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-FILHO, N. A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: colleges vs. Vikings. **Revista Lusófona de Educação**, v. 32, 2016.

AMORIM, L.D.A.F. *et al.* Modelos de Equações Estruturais em Epidemiologia. In: ALMEIDA FILHO, N. BARRETO, M. Lima. **Epidemiologia & Saúde**: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2011.

AMORIM, L. D. A. F. *et al.* **Modelagem com Equações Estruturais: Princípios Básicos e Aplicações**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17684/1/ebook_SEM_2012.pdf. Acesso em: 28 fev. 2025.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, T. M. DE; GRAÇA, C. C.; ARAÚJO, E. Estresse ocupacional e saúde: contribuições do Modelo Demanda-Controle. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 4, p. 991–1003, 2003.

ARAÚJO, T. M. *et al.* Aspectos psicossociais do trabalho e transtornos mentais comuns entre trabalhadores da saúde: Contribuições da análise de modelos combinados. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 19, n. 3, p. 645–657, 1 jul. 2016.

ARAÚJO, T. M.; KARASEK, R. Validity and reliability of the job content questionnaire in formal and informal jobs in Brazil. **SJWEH Suppl**, n. 6, p. 52–59, 2008.

ARAÚJO, T. M.; PINHO, P. S.; MASSON, M. L. V. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.

ASSUNCÃO, A. A. *et al.* Working conditions and common mental disorders in physicians in Brazil. **Occupational Medicine**, v. 63, n. 3, p. 234-237, 21 fev. 2013.

BARRETO, M. F. C. *et al.* Workaholism e burnout entre docentes de pós-graduação stricto sensu. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, p. 48, 3 jun. 2022.

BORGES, L. DE O. *et al.* Working Conditions and Mental Health in a Brazilian University. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 2, 1 jan. 2023.

BRASIL. Conselho de Educação Superior (C.E.Su). **Parecer nº 977/65**. Definição dos Cursos de Pós-Graduação. Aprovado em 3 de dezembro de 1965. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=314#anchor>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Portaria nº 34, de 9 de março de 2020**. Dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3443>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria N° 122, de 5 de agosto de 2021.** Consolida os parâmetros e os procedimentos gerais da Avaliação Quadrienal de Permanência da pós-graduação stricto sensu no Brasil. Brasília, DF, 2021. Disponível em:<<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=6742#anchor>> Acesso em: Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011 – 2020.** Brasília, DF: CAPES, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf> Acesso em: Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Adoecimento mental e trabalho: a concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016.** Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2017 Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/04/1%C2%BAboletim-quadrimestral.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação geral de saúde do trabalhador. Nota Informativa nº 94/2019-DSAST/SVS/MS. Disponível em: <https://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Nota-Informativa-94-definicao-de-casos.pdf> Acesso em: 21 março 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde.** Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.999, de 27 de novembro de 2023.** Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para atualizar a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 nov. 2023. Disponível em:<https://bvs.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1999_29_11_2023.html> Acesso em: 28 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). **Ficha de Notificação / Investigação Individual de Transtornos Mentais em Adultos.** 2019. Disponível em:http://www.portalsinan.saude.gov.br/images/DRT/DRT_TranstornosMentais.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual de auxílio na interpretação e aplicação da Norma Reguladora nº 35: trabalho em altura.** Brasília, DF: Ministério do

Trabalho, 2018. Disponível em:
https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_Publicacao_e_Manual/CGNOR---MANUAL-CONSOLIDADE-DA NR-35.pdf Acesso em: 28 jan. 2024.

CAMPOS, F. M. *et al.* Estresse ocupacional e saúde mental no trabalho em saúde: desigualdades de gênero e raça. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, p. 579–589, dez. 2020.

CAMPOS, T. C.; VÉRAS, R. M.; ARAÚJO, T. M. DE. Transtornos mentais comuns em docentes do ensino superior: evidências de aspectos sociodemográficos e do trabalho. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 3, p. 745–768, 18 dez. 2020a.

CAMPOS, T. C; VÉRAS, R. M.; ARAÚJO, T. M. DE. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 10, 2020b.

CARDOSO, J. P. *et al.* Aspectos psicossociais do trabalho e dor musculoesquelética em professores. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 8, p. 1498–1506, ago. 2011.

CARVAJAL, R. F. P.; GUEDEA, M. T. D. Stress in university research professors: A systematic review. **Salud Mental**, v. 44, p. 249-256, 2021.

CARVALHO, D. B. DE; ARAÚJO, T. M. DE; BERNARDES, K. O. Transtornos mentais comuns em trabalhadores da Atenção Básica à Saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 41, n. 0, 2016.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, 2003.

COLEDAM, D. H. C. *et al.* Prevalence of common mental disorders among Brazilian workers: systematic review and meta-analysis. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 579-591, fev. 2022.

EVANS, T. *et al.* Evidence for a mental health crisis in graduate education. **Nat Biotechnol**, v. 36, p. 282–284, 2018.

FARIAS, M. D.; ARAÚJO, T. M. DE. Transtornos mentais comuns entre trabalhadores da zona urbana de Feira de Santana-BA. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 36, n. 123, 2011.

FERREIRA, E. M.; TEIXEIRA, K. M. D.; FERREIRA, M. A. M. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, 2022.

FERREIRA, R. C. *et al.* Transtorno mental e estressores no trabalho entre professores universitários da área da saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, n. suppl 1, p. 135–155, 2015.

FREITAS, A. M. C. **Aspectos psicossociais do trabalho e qualidade do sono entre docentes de educação superior**. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

FREITAS, J. A. R; NAVARRO, V. L. Intensificação do trabalho docente e saúde: estudo com docentes da Universidade Federal de Goiás vinculados a programas de pós-graduação. **Revista Eletrônica de Educação** s. v. 13, n. 3, p. 1032–1057, 2019.

GEMAA. Desigualdades Raciais na Ciência Brasileira [Infográfico].2023. Disponível em: <<https://gema.iesp.uerj.br/infografico/desigualdades-raciais-na-ciencia-brasileira/>> Acesso em: 2 mar. 2024.

GEMAA. Mulheres na Ciência Brasileira [Infográfico].2022. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/mulheres-na-ciencia-brasileira/>.Acesso em: 28 jan. 2024.

GOLDBERG, D, HUXLEY, P. Common mental disorders: a bio-social model. London; New York: Tavistock; Routledge, 1992. 194p.

GOLDBERG, D. A bio-social model for common mental disorders. **Acta Psychiatrica Scandinavica**, v. 90, 1994.

GOMES, M. R. *et al.* Estressores ocupacionais e acidentes de trabalho entre trabalhadores da saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 98, 17 dez. 2021.

GUIMARÃES, A. R.; BRITO, C. DE S.; DOS SANTOS, J. A. B. Expansão e financiamento da pós-graduação e desigualdade regional no Brasil (2002-2018). **Práxis Educacional**, v. 16, n. 41, p. 47–71, 7 set. 2020.

HAIR JR., J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Tradução de Adonai Schlup Sant'Anna. Porto Alegre: Bookman, 2009. ISBN 978-85-7780-534-1

HAMMOUDI HALAT, D. *et al.* Understanding and Fostering Mental Health and Well-Being among University Faculty: A Narrative Review. **Journal of Clinical Medicine Multidisciplinary Digital Publishing Institute (MDPI)**, 1 jul. 2023.

HARVEY, S. B. *et al.* Can work make you mentally ill? A systematic meta-review of work-related risk factors for common mental health problems. **Occupational and Environmental Medicine** BMJ Publishing Group, 1 abr. 2017.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANISATION. **Psychosocial factors at work: recognition and control**. Geneva: International Labour Office, 1986. Disponível em: http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1986/86B09_301_engl.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

KARASEK R.A. **Job Content Questionnaire and User's Guide**. University of Massachusetts, 1985.

KARASEK, R. A. Job Demand, Job Decision Latitude, and Mental Strain: Implications for Job Redesign. **Administrative Science Quarterly**, 24, 285-308, 1979.

KARASEK, R. A.; THEÖRELL, T. **Healthy work: stress, productivity, and the reconstruction of working life**. Ed. Basic Books, Nova York, 1990.

KILIAN, R.; BECKER, T. **Die Prävention psychischer Erkrankungen und die Förderung psychischer Gesundheit**. In: Kirch, W., Badura, B. (eds) Prävention. Springer, Berlin, Heidelberg. 2006.

LAW, P. C. F. *et al.* A systematic review on the effect of work-related stressors on mental health of young workers. **International Archives of Occupational and Environmental Health**, v. 93, n. 5, p. 611–622, 1 jul. 2020.

LEITE, J. L. Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 2, p. 207–215, ago. 2017.

LUA, I. *et al.* Factors associated with common mental disorders among female nursing professionals in primary health care. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 31, n. 1, p. 2-14, 25 jul. 201

LUSA, M. G. *et al.* A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 3, 2019.

LUZ, J. G. DA *et al.* Implicações do ambiente, condições e organização do trabalho na saúde do professor: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 12, 2019.

MACIEL, H.M. OR. Contexto de trabalho e custo humano na pós-graduação stricto sensu no estado do Ceará. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 1, p. 57-68, 2020.

MARK, G.; SMITH, A. P. Effects of occupational stress, job characteristics, coping, and attributional style on the mental health and job satisfaction of university employees. **Anxiety, Stress and Coping**, v. 25, n. 1, p. 63-78, jan. 2012.

MATTOS, A. I. S.; ARAÚJO, T. M. DE; ALMEIDA, M. M. G. DE. Interaction between demand-control and social support in the occurrence of common mental disorders. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, n. 0, 2017.

MEDRONHO, R. A.; BLOCH, K. V.; LUIZ, R. R. *et al* (Orgs). **Epidemiologia**. 2^a ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

MORAIS, A. C. P. L. Adição ao trabalho e estresse ocupacional em professores de pós-graduação stricto sensu de uma instituição de ensino superior da cidade de Campo Grande, MS, Brasil. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Psicologia, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018.

NIEDHAMMER, I. *et al.* Classic and emergent psychosocial work factors and mental health. **Occupational Medicine**, v. 65, n. 2, p. 126-134, 1 mar. 2015.

OLIVEIRA, A. DA S. D.; PEREIRA, M. DE S.; DE LIMA, L. M. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World mental health report: Transforming mental health for all**. Geneva, 2022. Disponível em:<<https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/356119/9789240049338-eng.pdf?sequence=1>> Acesso em: 28 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SÁUDE (OMS); ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Mental health at work: Policy brief**. Geneva, 2022. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/362983/9789240057944-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jan. 2024.

PEREIRA, A. C. L. *et al.* Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, 2020.

PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

PINHO, P. S. *et al.* Estresse ocupacional, saúde mental e gênero entre docentes do ensino superior: revisão integrativa. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 4, 2023.

QUEIRÓZ, M. DE F. F.; EMILIANO, L. L. Ser docente no Século XXI: o trabalho em uma universidade pública brasileira. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, 2020.

REGO, T. C. Productivism, research and scholarly communication: Between poison and medicine. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 2, p. 325–346, 2014.

REIS, T. D.; MARCH, C. Trabalho docente, saúde e gênero: implicações da conjuntura político-econômica na educação superior. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 2, p. 310–320, ago. 2021.

RIEDEL-HELLER, S. G. *et al.* Psychische Gesundheit und Arbeit: Konzepte, Evidenz und Implikationen für Forschung und Praxis. **Nervenarzt**, v. 84, n. 7, p. 832–837, jul. 2013.

RODRIGUES, C. M. L.; FAIAD, C.; FACAS, E. P. Risk Factors and Psychosocial Risks at Work: Definition and Implications. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, p. 1–9, 2020.

RUZA, F. M; SILVA, E. P. As Transformações Produtivas na Pós-graduação: o prazer no trabalho docente está suspenso? **Revista Subjetividades**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 91-103, 29 abr. 2016

SALVÁ, M. N. R.; NASCIMENTO, R. P. Entre o Ensino e a Pesquisa: o Papel do Docente no Ensino Superior na Visão de Pesquisadores do Campo da Saúde Coletiva. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 12, n. 4, 4 nov. 2017.

SANTOS, K. O. B. *et al.* Avaliação de um instrumento de mensuração de morbidade psíquica: estudo de validação do self-reporting questionnaire (SRQ-20). **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 34, n. 3, jul./set. 2010.

SANTOS, K. O. B.; ARAÚJO, T. M. DE; OLIVEIRA, N. F. DE. Estrutura fatorial e consistência interna do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) em população urbana. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 1, p. 214–222, jan. 2009.

SANTOS, K. O. B.; CARVALHO, F. M.; ARAUJO, T. M. de. Internal consistency of the self-reporting questionnaire-20 in occupational groups. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, p. 1-10, 2016.

SAVIANI, D. A pós-graduação em educação e a especificidade da pesquisa educacional. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 2, n. 4, p. 3-19, jan./abr. 2017.

SCHWARTZMAN, S. Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil: duas faces da mesma moeda? **Estudos Avançados**, v. 36, n. 104, p. 227–254, 2022.

SELIGMANN-SILVA, E. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SIEGRIST, J. Adverse health effects of high-effort/low rewards conditions. **Journal of Occupational Health Psychology**, v. 1, n. 1, p. 27–41, 1996.

SILVA JÚNIOR, J. R; FERREIRA, L. R; KATO, F. B. G. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, p. 435-456, jun. 2013.

SMOLEN, J. R. *et al.* Intersectionality of race, gender, and common mental disorders in northeastern Brazil. **Ethnicity and Disease**, v. 28, n. 3, p. 207–214, 1 jun. 2018.

SOUSA, A. L. N. DE *et al.* Professoras negras na pós-graduação em saúde: entre o racismo estrutural e a feminização do cuidado. **Saúde em Debate**, v. 45, n. spe1, 2021.

SOUSA, C. C.; ARAÚJO, T. M.; MATURINO, M. M. Occupational stressors and mental illness in healthcare work: An intersection between gender, race, and class. **American Journal of Industrial Medicine**, v. 67, n. 2, 2024.

SOUZA, D. DE O. Saúde do(s) Trabalhador(es): Análise ontológica da “questão” e do “Campo”. Maceió: Edufal, 2019.

SOUZA, K. R. *et al.* A nova organização do trabalho na universidade pública: Consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2017.

SOUZA, S. F. *et al.* Fatores psicosociais do trabalho e transtornos mentais comuns em eletricitários. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 4, p. 710-717, ago. 2010.

STEEL, Z. *et al.* The global prevalence of common mental disorders: A systematic review and meta-analysis 1980-2013. **International Journal of Epidemiology**, v. 43, n. 2, p. 476–493, 2014.

TEIXEIRA, T. DA S. C.; MARQUEZE, E. C.; MORENO, C. R. DE C. Academic productivism: when job demand exceeds working time. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 1–11, 2020.

URBINA-GARCIA, A. What do we know about university academics' mental health? A systematic literature review. **Stress And Health**, v. 36, n. 5, p. 563-585, 4 jul. 2020.

VAN DER MOLEN, H. F. *et al.* Work-related psychosocial risk factors for stress-related mental disorders: An updated systematic review and meta-analysis. **BMJ Open**, 5 jul. 2020.

VASCONCELOS, I.; LIMA, R. D. L. DE. Trabalho e saúde-adoecimento de docentes em universidades públicas. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 2, p. 364–374, 16 ago. 2021.

VIANA FILHO, M. V. C. *et al.* O trabalho do professor na pós-graduação no Brasil após a Lei Nº 9394/1996. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, n. 1, p. 127–147, maio 2019.

VIEIRA, C. A. L. *et al.* Prevalência e Preditores de Transtornos Mentais Comuns entre Professores Universitários do Interior Cearense. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v.23, n.1, p. 2373-2382. 2023.

VIEIRA, J. DE A.; CASTAMAN, A. S.; JUNGES JÚNIOR, M. L. Produtivismo acadêmico: representação da universidade como espaço de reprodução social. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 26, n. 1, 2021.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVE ESCLARECIDO



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB
Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) docente, o(a) senhor(a) está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada: **“Trabalho docente e saúde em tempos de pandemia (COVID-19) – FASE 2”**, que será desenvolvida no Núcleo de Saúde, Educação e Trabalho da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (NSET/UFRB) sob a responsabilidade da Profa. Dra. Paloma de Sousa Pinho Freitas e no Núcleo de Epidemiologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (NEPI/UEFS), sob a responsabilidade da Profa. Dra. Tânia Maria de Araújo. Todo o processo desta pesquisa será pautado pelas Resoluções CNS nº 510/2016 e CNS nº 466/2012, e complementares, assim como, pela CARTA CIRCULAR nº 1/2021/CONEP/SECNS/MS, que tratam dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos e da garantia do sigilo, anonimato e privacidade, referente às informações de todas as suas etapas. Esta pesquisa tem o apoio da Associação de Professores Universitários do Recôncavo- APUR e da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana - ADUFS e é direcionada para professores(as) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e da Universidade Estadual de Feira de Santana.

O objetivo desta pesquisa é caracterizar as mudanças no trabalho docente e avaliar a situação de saúde de professores e professoras do ensino superior, no período de pós-pandemia da COVID-19, considerando o retorno às atividades presenciais e se justifica porque se identificou empiricamente que novas demandas e exigências têm surgido no trabalho docente, ocasionando mudanças no modo de trabalho e na situação de saúde destes trabalhadores(as), relativas a incorporação de novas formas de ensino e sobrecarga de trabalho desde o período de pós-pandemia da COVID-19, considerando o retorno às atividades presenciais. Portanto, esta pesquisa tem como benefício a caracterização do trabalho docente no retorno às atividades presenciais e, principalmente, conhecer seus impactos na saúde docente. Assim, para melhor entender o que está ocorrendo, gostaríamos de contar com sua participação. Esta pesquisa inclui professores e professoras da UFRB e da UEFS. A coleta de dados será realizada com a aplicação de um questionário estruturado com perguntas objetivas (ou de múltipla escolha), que poderá ser respondido através de um formulário eletrônico on-line (Link: <https://forms.gle/fW9KadF4MbBfgzP9h9>), por meio do Software *Red Cap*, para gerenciamento e segurança dos dados obtidos. O tempo estimado para responder tais perguntas é de 20 minutos. Este questionário possui perguntas sobre o perfil sociodemográfico, características do trabalho docente no cenário pós retorno às atividades presenciais, condições de saúde física e mental (como se sente psicologicamente em seu trabalho), qualidade do sono e hábitos de vida. A amostra será censitária e os critérios de inclusão para participação no estudo serão: ser docente ativo, efetivo, substituto ou visitante e estar cadastrado na lista de e-mails institucionais das universidades e/ou redes sociais acessíveis.

Esta pesquisa tem caráter voluntário e o(a) senhor(a) não receberá benefícios financeiros para participar da mesma. Contudo, se você se sentir prejudicado(a) por qualquer tipo de complicações e danos, você tem o direito de buscar indenização e ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação, de acordo com as normas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Caso seja percebido qualquer risco ou dano significativo para o(a) participante, as coordenadoras da pesquisa se responsabilizarão em realizar a comunicação imediata para o sistema CEP/CONEP, bem como avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de adequar ou suspender a pesquisa.

Durante sua participação, pode ainda existir risco de constrangimento frente a perguntas que podem ser percebidas como desconfortáveis e causar algum tipo de mal-estar. Para minimizar esse tipo de risco e assegurar a plena liberdade da sua participação, o(a) senhor(a) terá garantido o direito de optar em não responder as perguntas que lhe causem desconforto, bem como, recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer dano e/ou prejuízo para você e para a sua atividade docente. Por estar sendo realizada em ambiente remoto, via formulário eletrônico, pode haver também riscos característicos do ambiente virtual, ou meio eletrônico, em função das limitações das tecnologias utilizadas, como por exemplo o acesso à internet, e dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação. Para minimizar tais riscos, as respostas poderão ser respondidas de qualquer dispositivo e a qualquer momento, quando o(a) senhor(a) tiver internet com livre acesso; o(a) participante poderá também retirar-se a qualquer momento da pesquisa, sem nenhum prejuízo; não será necessário informar nenhum dado que possa identificá-lo(a) (como nome ou números de documentos pessoais); todos os cuidados, no que diz respeito ao armazenamento e transferência das informações de cada participante serão de total responsabilidade das pesquisadoras, que terão o cuidado com o sigilo, a fim de evitar vazamento de informações e possível constrangimento ao(a) participante; as pesquisadoras utilizarão senhas privadas para acesso ao sistema RedCap ou ao banco de dados; após o término da pesquisa, o link disponível para acesso será removido; e quando a coleta de dados for concluída, será realizado o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, de forma a apagar todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". Os resultados da pesquisa serão armazenados em banco de dados que será guardado, por cinco anos, no NSET/UFRB e NEPI/UEFS, sob a responsabilidade exclusiva das coordenadoras do projeto. As análises e produções científicas com este material serão realizadas apenas com autorização das coordenadoras do projeto.

O convite para o(a) senhor(a) participar dessa pesquisa será realizado por meio de e-mail individual, a fim de evitar identificação dos demais convidados, e tampouco a visualização dos seus dados de contato (e-mail, telefone, etc) por terceiros.

Será possível, a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, a retirada do consentimento de utilização dos seus dados da pesquisa. Para isso, entre em contato conosco através do e-mail ou endereço indicado abaixo. Você receberá um e-mail resposta com ciência da sua desistência. Ressaltamos que caso aceite participar, é importante guardar uma cópia deste documento eletrônico em seus arquivos. Ressalta-se que todos os dados coletados durante o estudo serão identificados apenas através de um número, garantindo a sua confidencialidade e o sigilo nas informações coletadas, assim como a identidade pessoal.

Você não receberá benefícios financeiros para participar da pesquisa, ela tem caráter voluntário; contudo, se você se sentir prejudicado(a) por qualquer tipo de complicações e danos, você tem o direito de buscar indenização e ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação de acordo com as normas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Caso seja percebido qualquer risco ou dano significativo para o(a) participante, as coordenadoras da pesquisa se responsabilizarão em realizar a comunicação imediata para o sistema CEP/CONEP, bem como avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de adequar ou

suspender a pesquisa.

Quando a coleta de dados for concluída, será realizado o download dos dados coletados para dispositivo eletrônico local, de forma a apagar todo e qualquer registro da plataforma

Continuação da página 2/3

virtual. Os resultados da pesquisa serão armazenados em banco de dados que será guardado, por cinco anos, no NSET/UFRB e NEPI/UEFS, sob a responsabilidade exclusiva das coordenadoras do projeto. As análises e produções científicas com este material serão realizadas apenas com autorização das coordenadoras do projeto.

Após leitura deste consentimento e caso concorde em participar, será considerado anuênciia quando você responder ao formulário online. Você terá a opção de fazer download de uma cópia deste TCLE com a assinatura da pesquisadora responsável no início do preenchimento do questionário online do *Red Cap*. A divulgação dos resultados será feita por publicações de artigos e apresentações em eventos científicos, sendo garantida, em qualquer meio de divulgação, a confidencialidade das informações e o anonimato dos(as) participantes.

Caso você deseje mais informações ou esclarecimentos, você poderá nos contactar por e-mail: paloma@ufrb.edu.br ou araujo.tania@uefs.br; e no NSET/Centro de Ciências da Saúde da UFRB, na Avenida Carlos Amaral 1015, Cajueiro, CEP: 44.430-622, Santo Antônio de Jesus-Ba, ou pelo telefone (75)3632-1824, ou, na UEFS- no NEPI (Módulo VI do PPGSC), Departamento de Saúde no KM 03, BR 116. CEP 44.03-460, Feira de Santana-Ba, ou pelo telefone (75)3161-8320. Você pode contactar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRB que estará à disposição para esclarecimentos e dúvidas sobre os aspectos éticos desta pesquisa, pelo e-mail: eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br e, a partir do retorno das atividades presenciais, no endereço: Rua Rui Barbosa, 710, Centro (prédio da reitoria), Cruz das Almas. CEP: 44380-000 ou pelo telefone (75) 3621-6850.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e nos colocamos a sua disposição para quaisquer esclarecimentos que porventura possam surgir. Muito Obrigada!

Nome do Estudo: Trabalho docente e saúde em tempos de pandemia (COVID-19) – FASE 2

Pesquisador(a) Responsável: Prof. Dra. Paloma de Sousa Pinho Freitas

Vínculo Institucional: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Telefone para Contato com o pesquisador(a) responsável: (75) 9 9132-7393

E-mail do pesquisador(a) responsável: paloma@ufrb.edu.br



Drª Paloma Pinho S. Freitas
Pesquisadora Responsável

ANEXO B - INQUÉRITO SOBRE O TRABALHO DOCENTE E SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA (COVID-19) (FASE 2)

Link de acesso ao formulário completo:

<https://redcap.ufrb.edu.br/surveys/index.php?s=YHCKDPPJWH>



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Núcleo Saúde, Educação e Trabalho



UEFS



NEPI

Resize font: A A A

INQUÉRITO SOBRE O TRABALHO DOCENTE E SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA (COVID-19) (FASE 2)

Olá, prezado(a) professor(a)

O objetivo desta pesquisa é caracterizar as mudanças no trabalho docente e **avaliar a situação de saúde de professores e professoras do ensino superior no período de pós-pandemia da COVID-19**, considerando o retorno às atividades presenciais.

Solicitamos sua participação, respondendo a este questionário.

Para ser incluído na pesquisa, você precisará manifestar concordância em participar da pesquisa, por meio do **aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, na opção de aceite, disponível abaixo.

O projeto foi **aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa-CEP da UFRB** (parecer nº 6.137.234). Os dados fornecidos serão confidenciais: todas as informações serão divulgadas sem identificação pessoal.

Serão plenamente garantidos o **anonimato e sigilo** dos(as) participantes.

Agradecemos muito a sua disponibilidade e atenção.

Sua participação é fundamental.

Se você puder, pedimos que nos ajude a compartilhar o link desta pesquisa, via e-mail, WhatsApp e redes sociais, com os colegas da sua instituição de trabalho.

Abraços virtuais

Se quiser uma cópia do TCLE, clique aqui:

Attachment:  [Termo de Consentimento Livre e Esclarecido \(TCLE\) - Fase 2.pdf](#) (0.12 MB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

* must provide value

Fui informado do objetivo desta pesquisa e ACEITO participar.

Não quero participar desta pesquisa.

[reset](#)

Por favor, insira aqui o seu endereço de e-mail:

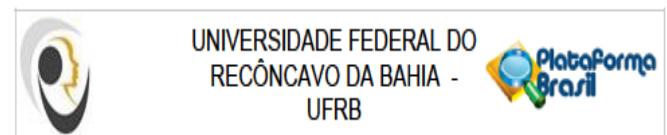
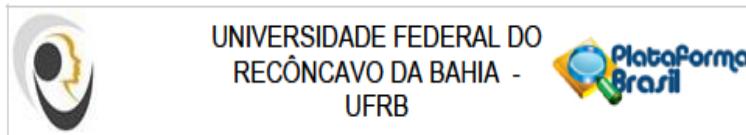
(apenas para fins de controle de coleta de dados)

* must provide value

ANEXO E

ANEXO C APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CEP/UFRB – FASE 2



PARECER CONSUSTANCIADO DO CEP

Continuação do Parecer: 6.137.234

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Trabalho docente e saúde em tempos de pandemia (COVID-19) - FASE 2

Pesquisador: PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 69857923.6.1001.0056

Instituição PropONENTE: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Patrocinador Principal: Universidade Estadual de Feira de Santana

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.137.234

Apresentação do Projeto:

As informações dos campos "Apresentação do projeto", "Objetivo da pesquisa" e "Avaliação de riscos e benefícios" foram retiradas do arquivo **Informações Básicas do projeto (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2128270.pdf**, de 20/06/2023) e/ou do projeto completo (**projetodocente_covid19_FASE2versaofinal.pdf**, de 20/06/2023).

Resumo:

"Desde o final de 2019, várias mudanças ocorreram no mundo em função do enfrentamento da pandemia da COVID-19, provocada pelo vírus SARS-CoV-2. Considerando a ausência de vacinas e de tratamento para a doença, a medida mais eficaz adotada foi o distanciamento social. Esta medida produziu alterações nas rotinas e nas vidas das populações, na economia, política, mercado de trabalho. Na educação, com o fechamento das escolas, as mudanças foram expressivas. A limitação da mobilidade interrompeu as atividades educativas e, consequentemente, mudou a rotina e o estilo de vida de todos. As condições de trabalho e de saúde dos/as professores/as são elementos relevantes para o bom desenvolvimento e o sucesso das atividades de ensino-aprendizagem. Em tempos de pandemia essas condições mudaram abruptamente e os/as docentes, em um curto espaço de tempo, necessitaram desenvolver inúmeras habilidades. Estudos revelam estreita relação entre as condições e características do trabalho e absenteísmo, estresse, abandono da profissão docente, transtornos mentais, distúrbios

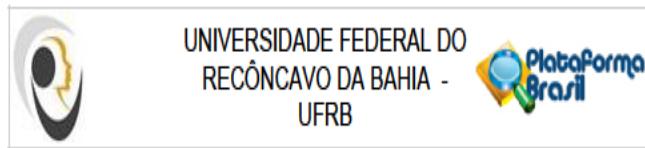
do sono e esgotamento físico. Essas características também se associam à qualidade do ensino ofertada. Nesse sentido, este projeto objetiva caracterizar as mudanças no trabalho docente e avaliar a situação de saúde de professores e professoras do ensino superior no período de pós-pandemia da COVID-19, considerando o retorno às atividades presenciais. Será realizado estudo epidemiológico de corte transversal incluindo docentes do nível superior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e da Universidade Estadual de Feira de Santana, com seleção de amostra por conveniência. O estudo será desenvolvido em parceria com dois sindicatos: Associação de Professores Universitários do Recôncavo (APUR) e Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana (ADUFS). Os critérios de participação no estudo serão: ser docente ativo, efetivo, substituto ou visitante e estar cadastrado na lista de emails institucionais das universidades e/ou redes sociais acessíveis. O formulário online será elaborado na plataforma RED CAP. O formulário eletrônico será estruturado, autoaplicável e incluirá cinco blocos: características gerais; características do trabalho docente no pós pandemia de COVID-19; Atividades domésticas; Situação de saúde docente; e Hábitos de vida. A análise dos dados será conduzida: a) caracterização sociodemográfica e do trabalho docente em geral; b) caracterização das demandas do trabalho docente no contexto do pós pandemia de COVID-19; c) avaliação da situação de saúde (principais doenças referidas, estimativas de prevalência de transtornos mentais comuns, Transtorno de Ansiedade Generalizada, Depressão e alterações do sono). Espera-se produzir um diagnóstico das condições de trabalho e de saúde na educação na Bahia em tempos de pandemia, buscando colaborar em ações estratégicas de cuidado e atenção no segmento da educação". (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2128270.pdf, de 20/06/2023, p. 3).

Metodologia Proposta:

"Este estudo caracteriza-se como do tipo exploratório, descritivo com abordagem quantitativa. Projeto interinstitucional, com financiamento da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), desenvolvido pelo Núcleo de Epidemiologia (NEPI) da (UEFS) e pelo Núcleo de Saúde, Educação e Trabalho (NSET) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), coordenado pelas professoras Drª Tânia Maria de Araújo (UEFS/PPGSC/NEPI) e Drª Paloma de Sousa Pinho Freitas (UFRB/CCS/NSET). Conta também com o apoio de dois sindicatos (Associação de Professores Universitários do Recôncavo (APUR) e Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana (ADUFS)). Trata-se de pesquisa epidemiológica, do tipo transversal que envolverá a realização de inquérito situacional entre professores e professoras de duas universidades públicas do interior da Bahia; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e

Endereço:	Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro:	Centro
UF: BA	CEP: 44.380-000
Município:	CRUZ DAS ALMAS
Telefone:	(75)3621-6850
Fax:	(75)99969-0502
E-mail:	eticaempesquisa@comissao.utfb.edu.br

Endereço:	Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro:	Centro
UF: BA	CEP: 44.380-000
Município:	CRUZ DAS ALMAS
Telefone:	(75)3621-6850
Fax:	(75)99969-0502
E-mail:	eticaempesquisa@comissao.utfb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.137.234

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A coleta de dados desta pesquisa será realizada através do método de aplicação de formulário eletrônico com perguntas estruturadas de modo objetivo, por meio do Software RedCap para gerenciamento e segurança dos dados obtidos. O formulário online gerado na plataforma possibilitará a combinação de perguntas abertas e fechadas e, após seu preenchimento, será gerado um link de acesso. Ao abrir o link do formulário, o (a) docente participante da pesquisa terá acesso ao texto de apresentação desta. Na apresentação serão fornecidas informações sobre a pesquisa e seus objetivos. Em seguida, será disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que o(a) docente deverá ler e manifestar concordância em participar da investigação para seguir para as questões do formulário. Caso não aceite participar, automaticamente, o(a) docente visualizará mensagem de não participação da pesquisa por decisão pessoal e o formulário será bloqueado. Caso aceite, o(a) docente será encaminhado(a) para responder o formulário composto por cinco blocos de questões. O Bloco I destina-se ao preenchimento de informações sobre características de identificação sociodemográfica e características gerais do trabalho. O Bloco II é composto por questões sobre características do trabalho docente. Os aspectos psicossociais do trabalho serão avaliados a partir do Job Content Questionnaire (JCQ) e da Escala Desequilíbrio Esforço Recompensa (ERI). O Bloco III refere-se a questões sobre realização das atividades domésticas e o Bloco IV tem a finalidade de fazer uma avaliação geral da situação de saúde docente no contexto da pandemia com foco no retorno das aulas presenciais após o distanciamento social. O intuito é identificar queixas e sintomas de agravos à saúde, tais como comorbidades pré-existentes, problemas vocais, alterações do sono, dentre outros problemas de saúde mais frequentes. Com relação à saúde mental, serão avaliados os Transtornos Mentais Comuns. O Self- Reporting Questionnaire (SRQ-20) será utilizado para essa finalidade. A depressão, será avaliada através da Escala de 9 itens Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9) e o Transtorno de Ansiedade Generalizado (TAG), utilizando General Anxiety Disorder-7 (GAD-7). No Bloco V serão avaliados os hábitos de vida como consumo de bebidas alcoólicas, práticas de atividades físicas e de lazer, bem como as estratégias de enfrentamento adotadas pelos docentes universitários e a qualidade do sono que será avaliada pela escala Mini-Sleep Questionnaire (MSQ). Após o término da pesquisa, o link disponível para acesso será removido; e quando a coleta de dados for concluída, será realizado o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, de forma a apagar todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2128270.pdf, de 20/08/2023, p. 4).



Continuação do Parecer: 6.137.234

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário:

Caracterizar as mudanças no trabalho docente e avaliar a situação de saúde de professores e professoras do ensino superior no período de pós-pandemia da COVID-19, considerando o retorno às atividades presenciais.

Objetivo Secundário:

Descrever as características do trabalho de docentes do ensino superior no período pós- pandemia da COVID-19, com foco no retorno às atividades presenciais após o trabalho remoto/distanciamento social. Elaborar diagnóstico da situação de saúde docente durante a epidemia considerando: morbidade referida, transtornos mentais comuns, transtorno de ansiedade generalizada, depressão e alterações do sono. Avaliar associação entre as novas demandas e exigências do trabalho docente com base nas atividades presenciais no período pós-pandemia da COVID19. Propor um sistema de vigilância da saúde de docentes universitários considerando os impactos decorrentes da pandemia". (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2128270.pdf, de 20/08/2023, p. 4).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Riscos:

No momento do preenchimento do formulário pode haver risco de constrangimento frente a alguma/s pergunta/s que pode/em ser percebida/s como desconfortável/eis e causar algum tipo de mal estar. Para minimizar esse tipo de risco e assegurar a plena liberdade da sua participação, o(a) docente terá a garantia do direito de optar em não responder a/às pergunta/s que lhe cause/em desconforto, bem como recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem que seja causado qualquer dano e/ou prejuízo para o(a) docente ou para a sua atividade profissional. Por estar sendo realizada em ambiente remoto, via formulário eletrônico, pode haver também riscos característicos do ambiente virtual, ou meio eletrônico, em função das limitações das tecnologias utilizadas, como por exemplo o acesso à internet, e dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação. Para minimizar tais riscos, as respostas poderão ser respondidas de qualquer dispositivo e a qualquer momento, quando o(a) participante tiver internet com livre acesso; o(a) participante poderá também retirar-se a qualquer momento da pesquisa, sem nenhum prejuízo; não será necessário informar nenhum dado que possa identificá-lo(a) (como nome ou números de documentos pessoais); todos os cuidados, no que diz respeito ao armazenamento e transferência das informações de cada participante serão de total responsabilidade das pesquisadoras, que terão o

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro CEP: 44.380-000
UF: BA Município: CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 Fax: (75)99969-0502 E-mail: eticaempesquisa@comissao.utfb.edu.br

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro CEP: 44.380-000
UF: BA Município: CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 Fax: (75)99969-0502 E-mail: eticaempesquisa@comissao.utfb.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RECÔNCAVO DA BAHIA -
UFRB



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RECÔNCAVO DA BAHIA -
UFRB

Continuação do Parecer 6.137.234

cuidado com o sigilo, a fim de evitar vazamento de informações e possível constrangimento ao(a) participante; além disso, as pesquisadoras utilizarão senhas privadas para acesso ao sistema RedCap ou ao banco de dados.

Benefícios:

Entre os benefícios que a pesquisa pode trazer, espera-se que os resultados possam revelar o quanto as novas demandas e exigências do trabalho no período de pós- pandemia da COVID-19 impactam na saúde docente. Identificamos empiricamente que novas demandas e exigências empregadas pelo período pandêmico permaneceram e outras se intensificaram. Mas precisamos caracterizá-las melhor e, principalmente, conhecer seus impactos na saúde docente". (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2128270.pdf, de 20/06/2023, p. 5).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional, multiétnico, tipo exploratório, descritivo com abordagem quantitativa, com financiamento da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Trata-se de uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Epidemiologia (NEPI) da (UEFS) e pelo Núcleo de Saúde, Educação e Trabalho (NSET) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), coordenado pelas professoras Drª Tânia Maria de Araújo (UEFS/PPGSC/NEPI) e Drª Paloma de Sousa Pinho Freitas (UFRB/CCS/NSET), respectivamente.

Número de participantes no Brasil: 1852.

Centros de pesquisa no Brasil: 2.

Previsão de início do estudo, com coleta de dados: 01/08/2023.

Previsão de encerramento do estudo (última ação prevista no cronograma): 30/06/2025. (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2128270.pdf, de 20/06/2023, p. 5 e 6).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide o campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O estudo apresenta viabilidade ética e metodológica, estando em consonância com as diretrizes contidas nas Resoluções nº 460/2012 e 510/2016, CNS/MS, e complementares.

1. TCLE (TCLE_docentesFASE2ajustado.pdf, de 20/06/2023)

1.1 Solicitação atendida.

1.2 Solicitação atendida.

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro CEP: 44.380-000
UF: BA Município: CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 Fax: (75)99969-0502 E-mail: elicaempesquisa@comissao.utfb.edu.br



Continuação do Parecer 6.137.234



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RECÔNCAVO DA BAHIA -
UFRB

Continuação do Parecer 6.137.234

1.3 Solicitação atendida.

1.4 Solicitação atendida.

1.5 Solicitação atendida.

1.6 Solicitação atendida.

1.7 Solicitação atendida.

1.8 Solicitação atendida.

1.9 Solicitação atendida.

1.10 Solicitação atendida.

1.11 Solicitação atendida.

1.12 Solicitação atendida.

1.13 Solicitação atendida.

1.14 Solicitação atendida.

1.15 Solicitação atendida.

1.16 Solicitação atendida.

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2128270.pdf, de 20/06/2023)

2.1 Solicitação atendida.

2.2 Solicitação atendida.

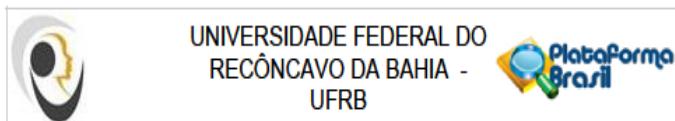
Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo aprovado e a coleta de dados poderá ser iniciada junto aos participantes da pesquisa. O CEP/UFRB deseja sucesso no desenvolvimento dos trabalhos e aguardara o recebimento dos relatórios nos prazos pertinentes previstos no cronograma, conforme a Resolução do CNS no 466/2012, item XI.2, letra d. O modelo dos relatórios encontra-se na página https://www2.ufrb.edu.br/cep/images/Formularios/Modelo_relatorio_parcia_ou_final.pdf.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2128270.pdf	20/06/2023 18:07:36		Aceito
Outros	Declaracaodapesquisadora.pdf	20/06/2023 18:06:39	PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS	Aceito
Projeto Detalhado	projetodocente_covid19_FASe2versa	20/06/2023	PALOMA DE SOUSA	Aceito

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro CEP: 44.380-000
UF: BA Município: CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 Fax: (75)99969-0502 E-mail: elicaempesquisa@comissao.utfb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.137.234

/ Brochura Investigador	ofinal.pdf	18:06:09	PINHO FREITAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_docentesFASE2ajustado.pdf	20/06/2023 18:03:58	PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS	Aceito
Outros	CartarespostadocentesFASE2.pdf	20/06/2023 18:02:47	PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_ADUFS.pdf	18/05/2023 19:04:51	PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	a_declaracaoAPUR_2023.pdf	18/05/2023 19:04:38	PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS	Aceito
Declaração do Patrocinador	declaracao_UEFS.pdf	18/05/2023 19:04:24	PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetocompletodocente_covid19_FASE2.pdf	11/05/2023 23:21:02	PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS	Aceito
Outros	QuestionarioTRABALHODOCENTE_FASE2.pdf	11/05/2023 23:19:01	PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_UFRB.pdf	11/05/2023 23:18:14	PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaodecompromissomembros.pdf	10/05/2023 20:40:37	PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS	Aceito
Outros	CARTADEAPRESENTACAOdocentes_FASE2.pdf	10/05/2023 20:37:05	PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_PESQUISA_DOCENTES_FASE2.pdf	10/05/2023 19:24:48	PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTODOCENTESFASE2.pdf	24/04/2023 11:19:50	PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMADOCENTESFASE2.pdf	24/04/2023 11:13:48	PALOMA DE SOUSA PINHO FREITAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não



Continuação do Parecer: 6.137.234

CRUZ DAS ALMAS, 22 de Junho de 2023

Assinado por:
Sibele de Oliveira Tozetto Klein
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ruf Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro CEP: 44.380-000
UF: BA Município: CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 Fax: (75)99969-0502 E-mail: eticaempesquisa@comissao.utfb.edu.br

Página 07 de 08

Endereço: Rua Ruf Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro CEP: 44.380-000
UF: BA Município: CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 Fax: (75)99969-0502 E-mail: eticaempesquisa@comissao.utfb.edu.br

Página 08 de 08